

ATA N.º 252

----- Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

1 Período da Ordem do Dia-----

- 1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----
- 1.2 Taxas do IMI 2019-----
- 1.3 Taxas do IMI 2019 – Redução da Taxa por Agregado Familiar -----
- 1.4 Derrama 2019-----
- 1.5 Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2019-----
- 1.6 Participação Variável no IRS 2019-----
- 1.7 Linha BEI PT 2020 - Autarquias – Financiamento 1,9M Centro Escolar -----
- 1.8 DGAL – Financiamento Reembolsável de € 250 000 para Gestão de Combustíveis
- 1.9 Regulamento do Conselho Municipal da Juventude-----
- 1.10 Regulamento dos Apoios às Freguesias – Alteração-----
- 1.11 Requalificação da Aldeia dos Amiais – Reconhecimento -----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e quinze minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----
- Ana Maria Tavares Mendes-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- Beatriz Manuel Lourenço Soares-----
- Bruno Filipe Sousa Tavares-----
- Carlos Manuel Martins Tavares-----
- Cipriano de Arede Nogueira-----
- Custódio Tavares Pereira de Lima-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Edite Bastos Rodrigues-----
- Elmano Jorge Ribeiro da Silva-----
- Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Luís da Silva e Almeida-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
- Mário José Costa da Silva-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paula Cristina Dias Coutinho-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Pedro Miguel Martins Mendes-----
- Renata Liliana da Costa Marques-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Toni Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.-----

--- Foram registadas as seguintes faltas: Ana Cristina da Silva Tavares, que foi substituída por Bruno Filipe Sousa Tavares, Ana Patrícia da Silva Ferreira, que foi substituída por Renata Liliana da Costa Marques e David da Silva Alves, que foi substituído por Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos.-----

--- O presidente da Câmara Municipal não esteve presente por se encontrar de baixa médica.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----Ordem de trabalhos-----

1 Ata – Foi apreciada a ata n.º 250, da sessão de 27 de abril de 2018, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor dos membros Alexandre Machado, Ana Mendes, António Cruz, António Monteiro, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

2 Correspondência:-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos seguintes convites e comunicações, que poderão ser consultados nos serviços desta autarquia:-----

- Relatório do auditor externo sobre a informação económica, financeira e orçamental;--
- Convite do Rotary Club de Albergaria-a-Velha, para a cerimónia de transmissão de mandatos que se realizou no dia 5 de julho;-----
- Convite para a inauguração da nova área de lazer da Vougaldeias, no Couto de Baixo, que decorreu no dia 7 de julho;-----
- Convite da Juventude Académica Pessegueirense, para a Festa de Encerramento da época desportiva 2017/2018 que teve lugar no dia 14 de julho;-----
- Convite do CAE, para abertura da exposição “Memórias de Verão – Exposição Coletiva de Arte Contemporânea”, que teve lugar no dia 14 de julho 2018;-----
- Convite da AEVA e da sua Escola Profissional de Aveiro, para o evento “Eu Consigo! Multi Speech”, que teve lugar no dia 20 de julho de 2018;-----
- Convite da Câmara Municipal de Sever do Vouga para a abertura solene da 28.ª edição da FicaVouga, que decorreu no dia 28 de julho;-----
- Convite do Rancho Folclórico de Rocas do Vouga, para o seu 36º Festival de Folclore, que teve lugar no dia 4 de agosto;-----
- Convite da Associação Cultural e Social de Couto de Esteves, para participar no jantar comemorativo do seu 34º aniversário, no dia 25 de agosto;-----
- Convite para a Inauguração da XI Mostra de Cultura, Artesanato e gastronomia, mais conhecida por festa das Eiras, que se realizou no dia 13 de setembro;-----
- Convite da Juventude Académica Pessegueirense, para assistir ao “Fut’Vouga/2018”, que teve lugar nos dias 15 e 16 de setembro;-----
- Convite do Centro de Recreio e Cultura de Rocas do Vouga, para a inauguração do seu campo sintético, que teve lugar no dia 16 de setembro;-----
- Convite do Vouga Sport Clube para assistir, na pista do Alto do Roçário, à realização do 43º Ralicross de Sever do Vouga;-----
- Convite da Liga dos Amigos e dos Naturais de Couto de Esteves, para participar no jantar comemorativo do XII aniversário da LANCE, inserido na sua Festa de Outono, a ter lugar no dia 6 de outubro;-----

- Carta do senhor Júlio Macedo Cruz, da Rua do Rachado, dando conhecimento do andamento das obras “Qualificação do Espaço Público 1ª fase”;
- Da Fundação Mão Amiga, foram recebidas as conclusões das intervenções no Painel Debate, realizado no passado mês de março, subordinado ao tema “Desertificação e fixação dos jovens em Sever do Vouga”, no âmbito do projeto “Maneiras de Sever”.

O presidente da Assembleia Municipal agradeceu a todos quantos colaboraram com a homenagem realizada no feriado municipal, aos antigos autarcas, afirmando que a cerimónia tinha corrido bastante bem. Apresentou um agradecimento óbvio à Dr.ª Brígida Alves, pela forma como ajudou a organizar a homenagem e pela forma que conduziu a mesma, estendendo um agradecimento especial a todos os colaboradores do CAE e, ainda, à BUMP, pela sua colaboração.

Por fim, o presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação de um voto de pesar, que já foi aprovado em reunião de Câmara, pelo falecimento do senhor Fernando Martins de Almeida, que passou a ler.

Foi com consternação que tivemos conhecimento do falecimento, no passado dia 16 de agosto de 2018, do senhor Fernando Martins de Almeida. O senhor Fernando Almeida nasceu em Rocas do Vouga em 06 de abril de 1933, sendo, durante grande parte da sua vida, um empresário muito conhecido no concelho, primeiro no setor das madeiras e, mais tarde, como comerciante de mercearias e a retalho, sempre com uma postura de pessoa séria e trabalhadora. O seu grande envolvimento na vida comunitária, e com o povo, fez com que sempre lutasse pela melhoria das condições de vida dos seus conceterrâneos, envolvendo-se sempre em causas nobres, com um grande sentido de democracia. Foi autarca durante vários anos, tendo sido primeiro, Secretário da Junta de Freguesia de Rocas do Vouga de 2 de janeiro de 1994 a 21 de dezembro de 1997. Neste período foi, também, membro da Assembleia Municipal de Sever do Vouga, desde 27 de dezembro de 1993 até 1 de janeiro de 1998. A Assembleia Municipal manifesta o seu pesar pela morte de Fernando Martins de Almeida e expressa, à sua família e amigos, as mais sentidas condolências.

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade pelos vinte e sete membros presentes.

-----3 – Período Antes da Ordem do Dia-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.

A primeira intervenção registada foi a de **Toni Pedro Ribeiro Martins**. Afirmou que Sever do Vouga é um concelho que possui um património e uma riqueza natural ímpar, desde a serra ao rio, onde abunda os encantos naturais, aos edifícios centenários de enorme valor histórico, bem como de aldeias com características únicas, sem esquecer os equipamentos mais recentes, como seja a Ecopista, o Vougapark, a biblioteca e as barragens, entre outros. Disse ser, por isso, difícil de compreender que, com todo o potencial de que dispõe o concelho, não se consiga propor uma oferta consistente, e perfeitamente integrada, no sector do turismo. Numa primeira abordagem, disse poder constatar que deveria haver uma interligação entre as diversas ofertas, de forma a oferecer programas específicos e, dessa forma, fomentar e impulsionar o turismo. Disse, no entanto, que toda essa oferta deverá ser protegida e cuidada de forma a estar sempre disponível nas condições ideais de utilização, ou seja, deverão ser objeto de limpeza e manutenção regular, o que não é o que atualmente acontece, uma vez que se pode verificar que muitos desses equipamentos se encontram ao abandono e sem qualquer estratégia ou plano, o que contribui negativamente para o desenvolvimento da economia de toda a região. Assim sendo, propôs que todos os edifícios públicos, equipamentos, e ou, lugares de interesse turístico, sejam objeto de análise cuidada, tendo em vista a execução de planos de manutenção, bem como sejam elaborados os relatórios de análise de risco, de forma que

os mesmos não ofereçam qualquer tipo de perigo para os seus utilizadores. Num momento em que o município se depara com a construção do novo Centro Escolar, disse ser necessário não descurar, de forma alguma, os edifícios escolares de que o concelho dispõe, e que necessitam de manutenção urgente, e que pode pôr em risco as crianças do concelho. Por fim, manifestou que a sua bancava associava-se ao voto de pesar do senhor Fernando Martins Almeida, ex-presidente da Junta de Freguesia de Rocas do Vouga e ex-membro da Assembleia Municipal de Sever do Vouga, apresentando as condolências a toda a sua família, e, em especial, ao senhor José Luís da Silva e Almeida, membro, em exercício, da Assembleia Municipal.-----

A intervenção seguinte foi a de **Jorge Manuel Henriques da Graça** que salientou alguns pontos positivos do relatório do auditor externo sobre a informação a económica, financeira e orçamental relativa ao primeiro semestre de 2018. Em primeiro lugar, o crescimento de 1,5 milhões de euros no total da receita cobrada comparativamente com o período homólogo de 2017. Segundo ponto, o aumento no total da despesa paga de 900 000 euros comparativamente com o período homólogo de 2017, que poderá derivar, segundo a sua interpretação, do aumento do investimento e ao da diminuição da dívida ou prazo da dívida. Terceiro ponto, a melhoria do grau de execução orçamental, tanto a nível da receita cobrada, 48,8% em junho 2018 versus 45,9% em junho 2017. Como da despesa paga 28,4% em junho 2018 versus 26% em junho 2017. Em quarto lugar, a receita cobrada no período em apreço, primeiro semestre 2018, excedeu a despesa paga em 333 259 euros. Quinto, é igual sentido, a receita corrente excedeu a decorrente em 1 376 556 euros. Disse louvar o facto de, na despesa com a aquisição de bens e serviços, haver um aumento do valor pago para as escolas de cerca de 169 000 euros e o aumento de cerca de 131 000 euros no valor pago em situações desportivas, recreativas, comparativamente com o período homólogo de 2017. Ainda na mesma rubrica, disse não poder deixar de destacar o investimento na infraestrutura para o tratamento de resíduos sólidos, o que considera que ninguém questionará a sua utilidade e necessidade. Afirmou que aqueles dados confirmavam o empenho do executivo nos seus principais compromissos com a educação, com a cultura e com o ambiente, ou seja, o bem-estar dos munícipes e o aumento da qualidade de vida. Sétimo ponto, o aumento da liquidez geral de 322% em dezembro 2017 para 343% em junho de 2018. Realçou, por fim, mas não menos importante, o aumento do ativo em cerca de 840 000 euros e a diminuição do passivo em 294 000 euros. Afirmou que os indicadores elencados eram factuais, bastando a consulta do documento em apreço. Em suma, pela análise deste documento, disse verificar-se a continuidade do rigor e da responsabilidade do executivo no que respeita a gestão financeira da autarquia e que podiam, os severenses, sentirem-se satisfeitos, principalmente quando se comparam aqueles, e outros indicadores, com os de outras Câmaras do país. Disse adivinhar que alguns vão dizer que não interessa como começa, mas sim, como acaba e que, a isso, respondia que, o que nasce torto, tarde ou mal se endireita e quem mal começa mal acaba, que não é o caso. Assim, apelou ao executivo camarário que continuasse a conduzir o destino de Sever do Vouga com o seu sentido de rigor, de responsabilidade, de missão e de dedicação à causa pública, que ele tem sido reconhecido pelos severenses aquando dos atos eleitorais. Continuou a sua intervenção, abordando uma situação específica, que é a situação de Talhadas. Afirmou que, na qualidade de Talhadense e membro da Assembleia Municipal, sentia-se de direito e, principalmente, na obrigação, de se pronunciar sobre o assunto da freguesia de Talhadas. Disse estar a fazê-lo, pela primeira vez, publicamente, e, única e exclusivamente, no sentido positivo e apelativo ao bom sendo de todos os responsáveis pela situação criada e pela resolução da mesma. Disse fazê-lo, ainda, naquele lugar, por estarem dentro daquele salão alguns dos responsáveis pela situação e evolução da mesma embora, outros, com muita responsabilidade, não estavam ali. Disse assumir-se, desde sempre, politicamente independentemente, como muitos devem saber e que, em relação à situação de Talhadas, sentia-se triste, prejudicado, e, também, envergonhado. Afirmou que, o PSD, o CDS e o

PS tinham todos responsabilidade naquele caso, sendo certo que o grau de responsabilidade não era o mesmo. Disse que o PS, partido pelo qual tinha sido eleito, tinha responsabilidade, pois não tinha conseguido, e já não era de agora, apresentar um projeto ganhador, em Talhadas, para a assembleia de freguesia como tinha feito, e muito bem, noutras freguesias do concelho. Disse responsabilizar o PSD e o CDS, como membros da comissão administrativa, pois, eventualmente, colocaram os interesses da freguesia de Talhadas numa posição secundária em relação aos interesses pessoais, políticos e eleitoralistas, de convicções, de orgulho pessoal, de radicalismo, de falta de humildade e flexibilidade, o que corresponde à inversão completa do que deveria ser. Afirmou que aqueles dois partidos andavam, nos últimos dias, em aguerrida campanha eleitoral pela negativa, mostrando-se mais preocupados em apontar as falhas do outro do que em realçar as suas próprias virtudes e capacidades, usando, para isso, todos os meios, tais como, a imprensa, redes sociais, a fixação de manifestos, boca a boca, etc. Afirmou que os interesses de Talhadas, em primeiríssimo lugar, não têm, de todo, acontecido. Disse tentar ter sempre presente o juramento que fez no ato de tomada de posse, devendo todos ter presente e respeitar esse juramento. Assegurou que o PSD, o partido mais votado nas últimas eleições autárquicas, para a assembleia de freguesia de Talhadas, era, para si, por isso, o mais responsável pela situação atual. Tendo eleito o presidente da Junta da Freguesia de Talhadas caberia, principalmente, a ele, e ao PSD, a obrigação de procurar e obter consensos que permitissem eleger os dois vogais para o executivo da Junta de Freguesia de Talhadas. Disse que, factualmente, tinham falhado nessa responsabilidade e tinham falhado, quanto a si, porque, como já se tornou recorrente, o PSD não conseguia admitir que uma maioria relativa não é o mesmo que uma maioria absoluta e que, mesmo com a maioria relativa, teimam em impor e a governar como se tivessem obtido uma maioria absoluta, nem que, para isso, tenham de se sujeitar a fazer alguns truques inaceitáveis e que lhes ficam tão mal. Afirmou que esses truques tinham resultado nas penúltimas eleições pelo facto de serem, em si próprios, uma novidade, mas, nas últimas eleições, o PSD também tinha falhado, pois, tinha apresentado exatamente o mesmo truque sem inovação e, aquele, sem o efeito surpresa, já não funcionado. Disse haver, por fim, a responsabilidade dos legisladores que, no caso em apreço, dando aso na redação do artigo a que se refere à eleição dos eleitos locais da Junta de Freguesia, a muita subjetividade e falta de clareza, permite a muitas situações de impasse, como a que se verificou, em Talhadas é um caso diferente, mas verifica-se em outras freguesias, até bem próximo, portanto, considera que haveria alguma responsabilidade do legislador. Assim, há muitos responsáveis pelo impasse em Talhadas, que muito tem prejudicado aquela freguesia. Apelou ao sentido de responsabilidade de todos na resolução da situação, o mais rapidamente possível e afirmou que todos os partidos têm a obrigação de propor, para Talhadas, projetos que permitam ao Talhadenses votar no projeto que considerem melhor, e não como acontece com muitos, que têm de votar no que lhes parece menos mau, pois Talhadas também merece os esforços de todos e os interesses de Talhadas em primeiro lugar.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Edite Bastos Rodrigues** que perguntou como podiam as condições gerais de atribuição do incentivo à natalidade considerar apenas os rendimentos mensais ilíquidos dos agregados familiares, quando o seu regulamento cita que pretende *“implementar medidas especificamente direcionados para as famílias criando incentivos adicionais”*. Existindo serviços sociais municipais e obrigando à alterações no regulamento em vigor, perguntou se os mesmos não poderiam realizar uma avaliação de cada caso, considerando despesas fixas mensais com habitação, saúde e educação e o número de elementos do agregado familiar, calculando-se, assim, o rendimento per capita das famílias, de forma a garantir o principal objetivo do incentivo e, obviamente, uma maior equidade social.-----

A intervenção seguinte foi a de **Sérgio Soares da Silva** que disse associar-se ao voto de pesar do senhor Fernando Almeida. Falou sobre uns ofícios dirigidos à Junta de Freguesia

de Couto de Esteves, um que tinha recebido e outro que estava a caminho, acerca de caminhos públicos. Disse concordar com o parecer recebido naquela semana, pela Junta de Freguesia de Couto de Esteves, acerca de caminhos públicos, subscrito pela advogada e subscrito pelo Vice-presidente da Câmara Municipal. Disse ser, cada vez mais, recorrente as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal receberem pedidos relativos a caminhos, no sentido de solicitar a sua intervenção, na sequência de obras ou vedações, executadas por particulares, ou, simplesmente, para solicitar a sua desobstrução decorrente de comportamentos de particulares, sendo que infelizmente, vive-se num mundo onde o desrespeito pelo espaço público é cada vez maior e o respeito pelo próximo muito menor. Disse ser certo, também, que o volume e a complexidade dos casos aumenta, mas que cabe à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia, dar o exemplo, onde, normalmente, fala de alargamento de caminhos ou abertura de novos caminhos, caminhos de terra batida, com ou sem iluminação pública, de difícil ou impossível circulação para veículos automóveis ou de acesso a fontes e a pontes. Afirmou que, ao desfolhar o Boletim Municipal de Sever do Vouga, do 2º semestre de 2016, na página das obras públicas, tinha encontrado uma fotografia com a legenda “construção de ponte no rio Gresso – Percurso da Pedra Moura”. Disse ter feito o percurso da pedra moura, várias vezes, mas que não tinha conseguido encontrar a dita ponte, e que, em 13 de novembro de 2016, a Junta de Freguesia tinha enviado, ao município, um ofício a solicitar as razões daquela intervenção e qual o acesso público até ao local, estando o mesmo sem resposta até à data.-----

A próxima intervenção foi a de **Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva** que deu os parabéns ao presidente da mesa, pois as ordens de trabalho já estavam mais consentâneas com o que é feito na sessão. Disse ter-se vivido mais um feriado municipal no dia 21 de setembro de 2018, pelo menos os que vivem e trabalham no concelho, mas que se tratou de mais uma data, não tendo havido nenhuma atividade que demonstre que se trata de um feriado municipal e que, não fosse a Assembleia Municipal atribuir medalhas e a determinar a data da sua atribuição, passava despercebido mais um dia. Disse que, no dia 24 de junho de 1978, já há quarenta anos, os membros da Assembleia Municipal, ali presentes, tinham votado que fosse instituído o feriado municipal no dia da festa de São Mateus, talvez pela importância que a mesma sempre teve no concelho. Disse não se ter verificado, nos últimos anos, que aquele dia tivesse a dignidade que merece e que a Assembleia Municipal tem feito um esforço para dignificar aquele dia, talvez porque foi dali que saiu a deliberação para instituição, mas, por parte da Câmara Municipal, não se verificava qualquer esforço, com nenhum tipo de atividade, com um esquecimento, até mesmo, pelo festejo do dia. Disse considerar que a Câmara Municipal deve fazer um esforço maior para dignificar aquele dia, até porque, os mais novos, hoje, perguntam porque motivo é aquele dia o feriado, pois, para eles, falta perceber o significado do dia de São Mateus. Afirmou que, como sabia que tinha sido a Assembleia Municipal a aprovar o dia de feriado municipal, tinha vindo à Câmara Municipal ler as atas daqueles anos, até a descobrir, porque as mesmas não estão disponíveis em qualquer outro formato. Disse existir um livro de atas, que, muito bem, se encontra guardado num armário no edifício do município, mas que continua a ser o único registo existente daquelas assembleias. Disse que, se, porventura, e esperando que não, calhar haver um incêndio no edifício, recordando o incêndio no museu do Brasil, onde se perderam muitos documentos históricos, mesmo para Portugal, perder-se-ia um valor histórico importantíssimo do município, não só das assembleias, mas, também, das reuniões de Câmara, pelo que, já era tempo de se pensar em informatizar aqueles documentos importantíssimos e, após tal processo, manter o arquivo digital em boas condições. Afirmou que aquela situação vai, ainda, de encontro a outro problema que se verifica nos serviços, que é a falta de um arquivo e um arquivo ordenado na Câmara Municipal, pois todos os documentos, processos de obras públicas e privadas, processos contraordenacionais, todo o tipo de documentos, encontram-se dispersos por vários espaços, e nesses espaços, sem grandes condições para os manter, estão de qualquer modo sem uma organização efetiva. Disse valer por dizer que não há um

verdadeiro arquivo na Câmara Municipal, estando tudo na cabeça de um funcionário que, mais uma vez, a desgraça, se calha acontecer alguma coisa ao mesmo, ninguém sabe onde está o quê, já para não falar que, mesmo que não lhe aconteça nada, quando se pesquisar um processo, o que se encontra é uma amálgama de papéis por se terem deteriorado. Disse considerar que começa a ser altura de, a médio prazo, se pensar em constituir um arquivo da Câmara Municipal e que não deve ser utilizada a teoria do dinheiro, pois, se houver uma aplicação bem criteriosa do dinheiro público, haverá fundos para isso, tanto mais que está em cima da mesa a aprovação para a constituição de uma linha de crédito para a autarquia, o que demonstra que, quando o executivo tem interesse em realizar algo, sabe onde ir e com as melhores condições. Por falar em condições, e dirigindo-se ao Vice-presidente, Diana Paiva disse ter-lhe chegado aos ouvidos algumas queixas sobre o estado da piscina municipal e queixas que lhe deixam muitas preocupações, dizendo que o equipamento, que poderia ser emblemático para o concelho, pelo que lhe foi dado a conhecer, não se apresenta nas melhores condições para uso dos seus utentes, parecendo mesmo que já há utentes que não fazem uso do mesmo, não sabendo porque se recusam a ir ou se lhes foi dada essa indicação. Solicitou a entrega, à Assembleia Municipal, dos relatórios, quer sejam sanitários, da delegação de saúde, da amostra da água, ou mesmo dos serviços municipais, todos, que foram entregues no último ano. Perguntou qual é o mapa de atividades da piscina, nomeadamente se está escalado para aulas do Agrupamento, se tem atividades para o horário pós laboral, uma vez que, muitos dos utentes só conseguem usufruir dos serviços da mesma após o trabalho, e, se não há qualquer tipo de oferta para os mesmos, eles desistem ou vão procurar noutro lado. Por fim, Diana Paiva apresentou a seguinte recomendação dos membros da Assembleia Municipal do PSD:-----

A Assembleia Municipal de Sever do Vouga delibera recomendar à Câmara Municipal o seguinte: Atendendo a que a Junta de Freguesia de Talhadas está em comissão administrativa estando a sua administração limitada conforme o disposto na Lei n.º 47/2005, o novo acordo de execução da freguesia de Talhadas está suspenso devido à nomeação da comissão administrativa, que se encontra marcado para o dia 12 de outubro o passeio de idosos os fregueses de Talhadas têm de ser o mínimo possível penalizados por essa situação de suspenso da freguesia, seja levantada a suspensão do novo acordo de execução da freguesia de Talhadas e seja a Câmara Municipal a assumir a burocracia financeira da comissão administrativa relativamente ao passeio de idosos no que toca à freguesia de Talhadas.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Paula Cristina Dias Coutinho** que disse continuar a haver omissão de informação e a falta de resposta às questões levantadas pela sua bancada, perguntando para quando tencionavam responder, de forma sucinta e clara, às questões que já tinham sido colocadas, de forma objetiva, na assembleia anterior e nas restantes. Disse importar saber sobre: o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Carentes, o mapa de execução física e financeira das obras, o relatório da obra ecocentro, o relatório do Centro Escolar, entre outros já solicitados. Relativamente à obra do Rachado, disse ter sido alertada, por munícipes, em relação ao seu descontentamento pela demora e falta de informação relativamente à duração e conclusão da obra, visto que os 180 dias anunciados, apesar de não terem datas, nem de início, nem de conclusão, já tinham sido, há muito, ultrapassados, pois em janeiro de 2018, já a obra se encontrava em execução, e, atualmente, ainda se verificava um grande atraso em relação a passeios, pavimentação, sinalética entre outros. Questionou o executivo relativamente àquilo que tinham a dizer acerca do assunto. Falou sobre outro assunto, dizendo que ao contrário das acusações que tinham sido feitas ao PSD, o PSD tinha muito respeito pelos Talhadenses e informou que tudo estava a fazer para que aquela situação se resolva sem danificar muito os fregueses. Prova disso é a recomendação que trouxemos cá hoje se esta situação chegou onde chegou a culpa não é do PSD, pois o PSD faz aquilo que a lei permite fazer, trabalha consoante as pessoas que estão disponíveis para trabalhar. Este não é o local para discutir isso. acho que tem de haver uma conjugação de interesses e de trabalho para que a situação se resolva

e que haja um menor prejuízo possível para todos os habitantes de Talhadas e, sobretudo, também, para o concelho porque o objetivo do PSD é, será e sempre vai ser zelar pelos interesses dos severenses do concelho, seja ele de que freguesia for. Esse, sim, é o objetivo primordial e espero que todos tenham isso em mente e que consigamos, em conjunto, fazer com que as coisas corram da melhor forma sem prejuízo e de forma a que Sever do Vouga seja um grande concelho e que seja atrativo para todos os que cá estão, os que querem permanecer-----

Para poder responder às questões colocadas, foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que concordou com aquilo que Toni Martins tinha dito sobre o facto de o concelho ter um património e riqueza natural ímpares. Disse entender que não falta oferta de apoio no setor de turismo e que existe uma oferta integrada, sendo que, o município tem sensibilizado quem visita o concelho, através do posto de turismo, e, felizmente, tem acompanhado o crescimento turístico que há no país e que Sever do Vouga também se tem ressentido disso, pela positiva, havendo articulação com os operadores turísticos do concelho, quer pelas empresas de desporto de juventude, quer a nível da oferta da hotelaria e alojamento local. Disse ser evidente que, como depreendeu das palavras do membro Toni Martins, a iniciativa tem de ser conjunta e tem funcionado bem, pelo menos é essa a informação que tem. Afirmou que os turistas elogiam o município pela articulação que há entre a oferta turística do concelho, a nível, por exemplo, da beleza natural, dos PR, quer a nível dos equipamentos culturais. Informou que, a limpeza e manutenção dos percursos é da responsabilidade das Juntas de Freguesia, uma vez que constam dos acordos de execução celebrados, sendo que o município tem vindo a pedir aos senhores presidentes de junta para, além da limpeza das valetas, acudirem, também, aos percursos pedestres, verificando-se que o mesmo tem vindo a ser feito. Mais disse que, no posto de turismo existe uma caixa de sugestões e reclamações e que tem havido muita notícia de que se tem vindo a melhorar muito nesse aspeto. Quanto aos edifícios escolares, o Vice-presidente disse que, na semana passada, tinha estado a tratar disso a nível intermunicipal e que podia dizer que o parque escolar do concelho está em condições, até de segurança, sendo do melhor que há a nível da CIRA, com uma exceção, a Escola do Calvário. Disse ser evidente que não serão realizadas obras de fundo na Escola do Calvário, uma vez que o Centro Escolar está em execução. Quanto aos outros edifícios escolares, os que estão entregues a associações, atendendo a vários pedidos, estão em bom estado, mas os que estão entregues, e não estão a ser usados, estão em péssimo estado, estando a ser estudada uma solução para isso. Quanto às escolas em funcionamento, disse garantir que estão todas com níveis de segurança perfeitamente bons e que, no ano passado, tinha sido feito um simulacro na escola do Calvário, com os bombeiros e a proteção civil, e que não tinham chumbado as instalações em termos de segurança. Dirigindo-se a Jorge Graça, o Vice-presidente disse ter demonstrado uma leitura atenta e cuidada ao relatório do auditor externo. Sobre a situação da Junta de Freguesia, disse ser uma situação à qual a Câmara Municipal é alheia, mas que lamenta, porque entende que, realmente, a freguesia de Talhadas, e os seus habitantes, podem estar a ser prejudicados por esta situação. Sobre a viagem sénior, disse não ver problema nenhum e que, para já, não podem ser suspensos os acordos de execução, pois são em bloco, por causa do princípio da igualdade., mas que os Talhadenses não saem minimamente prejudicados, porque a Câmara Municipal enviará para as respetivas freguesias a conta e, se, no caso das Talhadas, entenderem não pagar, terá que se ver como vai ser resolvido. Disse ter conhecimento de um parecer da CCCR que, salvo o devido respeito por quem o pediu, foi mal pedido, porque, pessoalmente, não concorda com aquele parecer e só admite o que está escrito no mesmo, por ter sido por a questão ter sido mal colocada, pois diz “serviço de transporte ocasional de idosos, não configuram atos correntes”. Afirmou que o pedido de parecer devia referir que aquele evento consta do plano de atividades. Mais disse que a situação de Talhadas não é indefinida e que iriam ser marcadas as eleições. Informou que os acordos de execução não podem ser suspensos por causa da situação de Talhadas e que

o órgão executivo e deliberativo, que resultarem das próximas eleições, irão decidir se aceitam, ou não, os acordos de execução que foram aprovados, sendo que os mesmos continuam a vigorar. Sobre o incentivo à natalidade, disse ter sido já abordada a questão de haver uma alteração ao regulamento para que seja mais objetivo e que iria reunir-se com a técnica superior do serviço de ação social para dar contributos concretos e elencar uma série de melhorias ao regulamento para evitar discrepâncias e, eventualmente, injustiças. Dirigindo-se a Sérgio Silva, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse concordar inteiramente quando disse que existe um desrespeito pelos espaços públicos, e que, agora, com aquele parecer, disse entender o que subjaz à sua intervenção, que, às tantas, vai cair mais responsabilidades sobre as Juntas de Freguesia. Quanto à ponte do Gresso, disse que iria pedir para analisar esse Boletim Municipal de 2016, por não se lembrar de uma ponte no Gresso, conhecendo, apenas, a ponte que existe perto da ponte na Quinta do Braga. Informou que existe um projeto que concorreu no Orçamento Participativo. Sobre a intervenção de Diana Paiva, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse aceitar sugestões em relação ao feriado municipal, perguntando o que é que a Câmara Municipal pode fazer para dar dignidade àquele dia. Disse ser do tempo em que a festa de São Mateus era um acontecimento distrital, mas que as coisas foram mudando. Sobre a digitalização, disse ficar o reparo e que a mesma está a ser tratada, a nível de um projeto para a biblioteca e o museu, quer a nível da CIRA, estando o município em processo de digitalizar tudo, para fazer de uma vez por todas. Mais disse que o arquivo existente, que tem condições, já está cheio, sendo, por isso, que não pode ir para lá mais coisas. Sobre a piscina municipal, disse poder adiantar que o plano de atividades está, atualmente, a ser desenvolvido e que já tinha falado com umas pessoas que querem o horário pós-laboral para ver se funciona como no ano passado. Sobre os relatórios, tirando um período que foi logo no início do ano, em que houve um problema com as máquinas que controlam a água, e a piscina esteve fechada, os relatórios apresentam dados de água perfeitamente própria. Sobre a intervenção de Paula Coutinho, o Vice-presidente da Câmara Municipal pediu ao Diretor de Departamento que, compulsadas as atas, verificasse quais as respostas que não tinham sido dadas, para se poder dar seguimento às mesmas, dizendo que, se as respostas não eram dadas, não era por má vontade e assumiu que é por laxismo da sua parte. Sobre o relatório do Centro Escolar, disse que pode disponibilizar o documento do mês passado. Sobre a obra do Rachado, o subscritor do documento, a que o senhor presidente da Assembleia Municipal aludiu, foi presente à reunião de Câmara ler esse mesmo documento e foi-lhe explicada situação, sendo que, a obra não tem atraso nenhum porque a obra foi suspensa e atualmente, está levantada a suspensão da obra e a obra recomeça no próximo dia 08 de outubro, não havendo derrapagem nenhuma do prazo, que, salvo erro, termina em novembro. Mais informou que aquela obra tinha sido suspensa porque tinha-se detetado, quer da parte do projeto, quer da parte da própria EDP, que fez uma empreitada à parte, só da EDP, que a obra devia ser suspensa para fazerem outros trabalhos que, se fossem feitos à posteriori, provocavam a abertura de mais valas e buracos e, assim, é feito tudo de uma só vez. Por fim, disse que a empreitada lançada pela Câmara está a cumprir o prazo e vai cumprir o prazo.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **Toni Martins** que perguntou ao Vice-presidente da Câmara Municipal se a sua afirmação de que está tudo bem a nível as escolas e os jardins, e que não oferecem perigo, era baseada nalgum relatório que possuía consigo. Esclareceu que, em todas as intervenções, estava a falar a nível pessoal e a nível de bancada e que não estavam ali para criticar, mas para identificar problemas e apresentar algumas soluções do seu ponto de vista. Mais disse que, a ideia é haver um espírito de colaboração e não, propriamente, um espírito de crítica.-----

Sérgio Soares voltou a intervir para dizer que não tinha perguntado se existem projetos para aquele local. Afirmou que o Vice-presidente da Câmara Municipal não tinha resposta para a pergunta ou não sabia responder, mas que, se o caso era esse, colocaria outra

pergunta mais simples, à qual disse ter a certeza que, pela sua formação jurídica, saberia responder. A ponte foi construída em terreno público ou em terreno privado?-----

Paula Coutinho interveio novamente para dizer que pretende ter acesso ao relatório, do mês passado, relativamente à obra do Centro Escolar. Relativamente ao protocolo com a Junta de Freguesia de Talhadas, e dado que o Vice-presidente da Câmara Municipal disse não haver nenhum problema, pediu que fosse estabelecido o dito protocolo para se poder avançar com aquilo que está pendente.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse não ter falado em protocolo nenhum, mas que entendia que um passeio que é realizado há vinte anos é uma gestão corrente. Afirmou que o relatório da obra do Centro Escolar seria enviado. Sobre a ponte, informou que a mesma tinha sido construída e custeada pelo município, e que passa sobre um caminho de água que é do domínio público e, segundo quanto sabia, os proprietários tinham permitido que o trilho passasse por lá. Mais informou que a intenção é ligar o trilho e fazer um PR a passar por lá. Sobre a situação das escolas, disse que a sua afirmação tinha como base o seu conhecimento pessoal das mesmas e, ainda, um relatório elaborado por técnicos, que foi enviado para a DGEstE, a dizer que as escolas do pré-escolar e do 1º ciclo encontram-se, de uma forma geral, em bom estado ou em estado funcional.-----

Sérgio Silva perguntou por onde é o trilho, ou o caminho público, para lá chegar?-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse que o trilho vai ser marcado, perguntando se o membro queria insinuar que a Câmara Municipal tinha feito um favor a alguém? Disse que Sérgio Silva sabe bem que aquela ponte está feita há muito e que existe um projeto e que os proprietários dos terrenos autorizaram fazer um PR por lá. Disse ser essa a informação que possuía, porque ainda não era do seu mandato.-----

A seguinte intervenção foi a de **Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço** que disse ser com agrado que via a conclusão do Ecocentro e que o mesmo já se apresentava em funcionamento e sobre o qual estava a ser distribuído um livro com informação acerca das normas de funcionamento. Disse concluir que devia ser facultada informação de uma forma mais sucinta e com informação resumida, ou na qual se inclui o horário de funcionamento, o qual não se encontra no referido livro. Mais disse que a informação devia chegar, textualmente, a todos os municípios e não ficar apenas em certos cafés e Juntas de Freguesia. Paralelamente, disse verificar, ainda, problemas na recolha dos lixos domésticos e que tinham sido reportadas situações nos ecopontos do centro da vila, por exemplo, os quais têm tampas que não funcionam, que a limpeza não é efetuada com regularidade, causando mau cheiro, sobretudo com o calor que se fazia sentir e onde, também, tinha sido solicitado que o horário fosse adaptado a períodos que não interferissem com o horário de ponta. Disse terem sido, ainda, reportadas queixas relativamente a caixotes do lixo danificado, nomeadamente em Silva Escura. Solicitou, por isso, a resolução daquelas situações com a maior brevidade possível.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **António Augusto Macedo de Cruz** que citou uma afirmação feita por um ilustre colega, na última assembleia, relativamente ao acordo de execução com as freguesias *“que os acordos tinham ficado pelos mínimos e que tinha ficado por anexar o mapa das vias a limpar, não definindo, no centro da vila, até onde limpa a Câmara e até onde limpa a Junta de Freguesia de Sever do Vouga.”*. Esclareceu que os limites da limpeza das vias tinha sido objeto de conversações e entendimento entre a Junta de Freguesia de Sever do Vouga e a Câmara Municipal, tendo ficado bem definidos os trabalhos e os locais da responsabilidade de cada uma das partes, mas que, se ainda subsistissem algumas questões, estava disponível para mostrar e comprovar o que está, claramente, estabelecido entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal.-----

A próxima intervenção foi a de **Patrícia Sofia Martins Santos** que disse ter-se celebrado, em 2018, o 39º aniversário do Serviço Nacional de Saúde que, pela Lei n.º 56/79, de 15 de setembro, tinha sido instituída uma rede de instituições e serviços prestadores de cuidados globais de saúde a toda a população, financiada através de impostos, em que o estado salvaguarda o direito à proteção da saúde, nos termos da constituição portuguesa. Afirmou

que a organização dos serviços de saúde sofreu, aos longos dos tempos, a influência de conceitos políticos, económicos, sociais e religiosos de cada época e foi-se concretizando para dar resposta aos problemas de saúde, de forma a conservar, ou seja, promover, a saúde da população. Disse que essa evolução continuava a ser um traço visível no SNS. Assegurou que a Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, prevê, no quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, a descentralização administrativa e da autonomia do poder local e, ainda, o campo da saúde. Disse que, como se pode consultar no Capítulo II, artigo 13º, compete aos órgãos municipais, entre outras coisas, *“manter, conservar, gerir os assistentes operacionais, gerir os serviços de apoio logístico e participar nos programas de promoção de saúde pública, comunitária, vida saudável e de envelhecimento ativo”* e que, em contrapartida, o estado compromete-se com o pessoal médico e assistente, bem como fundos de auxílio. Em nome da bancada do PSD, disse pretender saber como estava a autarquia a preparar-se para aquela transferência, se iria aceitar aquela transferência de poderes, ou se, de algum modo, já haviam solicitado aquela mesma transferência, tendo em conta o estado da saúde complementar no concelho. Disse ser do conhecimento de todos que a saúde complementar no concelho de Sever do Vouga estava decrepita, desde o simples facto de não haver brio na limpeza do Centro de Saúde, à parca conservação do equipamento, ao encerramento do atendimento complementar desde 6 de dezembro de 2017, à gravíssima negação, por parte do pessoal médico, de atendimento em horário de expediente à população, tendo inclusive sido negado auxílio a crianças, que só não morreram porque os bombeiros voluntários, tiveram a bondade de se compadecer pela situação, aquela medida pecava por tardia em Sever do Vouga, restando saber se Sever do Vouga a atirava para debaixo do tapete ou finalmente se compadecia da sua população, que é maioritariamente envelhecida. Assim, apresentou, em nome da bancada do PSD, uma recomendação para que o município tenha uma maior pressão no poder central.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que começou por chamar a atenção para algo que é particularmente importante para as autarquias locais, a aprovação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que é um diploma quadro de alteração à lei das finanças locais, não existirem diplomas setoriais em relação a cada um dos temas daquela lei, que previa que, até 15 de agosto, os municípios tivessem de tomar posição sobre se aceitavam, ou não, as diferentes delegações em relação às várias áreas, sendo fundamental conhecer quais os meios, os recursos financeiros e os diplomas setoriais em relação a cada uma dessas áreas para que os municípios pudessem tomar posição sobre essa mesma delegação. Disse ter conhecimento de que o ministro da administração interna tinha enviado uma carta às autarquias, a dizer para não se preocuparem com o prazo de 15 de agosto, porque poderiam decidir isso, salvo erro, até ao final do ano. Afirmou que o ministro não altera leis da assembleia da república com cartas que envia aos presidentes de Câmara. Afirmou que o CDS tinha optado por não apresentar, na Assembleia Municipal, uma deliberação formal de rejeição em relação a qualquer delegação de competências, por ser a favor da descentralização, mas que queria conhecer os referidos diplomas. Mais disse que iria entregar uma moção, ao senhor presidente, para que se possa avançar com a descentralização, embora o Município de Sever do Vouga deva conhecer os diplomas em falta, pois o governo tem a obrigação de assegurar e garantir todos os meios técnicos com o pessoal e financiamento para cumprimento das novas competências e deve, ainda, prestar às autarquias todos os esclarecimentos e todas as informações necessárias para o exercício dessas funções e competências e, enquanto tal não se verificar, não deve aceitar as novas competências. Disse ser importante que a Câmara Municipal tenha o respaldo da sua Assembleia Municipal para poder explicar ao governo que precisam de ter toda aquela informação, o mais cedo e o mais depressa possível. Em nome do CDS, colocou a moção à consideração de toda a Assembleia Municipal. Sobre a descentralização, disse ser necessário ter presente aquilo que é o princípio da autonomia do poder local, e a autonomia do município

em relação ao poder central, sendo que essa autonomia existe, também, em relação a cada uma das freguesias, portanto, por respeito para com o povo de Talhadas e para com a Junta de Freguesia de Talhadas, disse que o CDS, exatamente por respeitar a autonomia de Talhadas e daquilo que é um problema interno da freguesia de Talhadas, considerava que esse tema não devia ser objeto de debate na Assembleia Municipal. Afirmou que o CDS registava as palavras do senhor presidente da Câmara no que diz respeito à reflexão que é necessário fazer no apoio à natalidade no concelho e pediu que abra esse debate, em primeiro lugar, no órgão que dirige, que é a Câmara Municipal, pois o CDS tem contributos a dar. Por fim, disse que o CDS subscrevia o voto de pesar e associava-se à dor.-----

A próxima intervenção foi a de **Pedro Miguel Martins Mendes** que perguntou quando é que poderiam ter acesso ao relatório do Ecocentro, uma vez que, há algum tempo atrás, tinha sido colocada uma questão relacionada com falhas ou erros no projeto do mesmo.----

Foi dada a palavra a **José Luís da Silva e Almeida** que agradeceu a todo o executivo e Assembleia Municipal, o voto que prestaram ao seu pai, dizendo muito obrigado em seu nome e da sua família. De seguida, informou que iria solicitar a sua suspensão de mandato por um período largo e que o pedido tinha um fundamento principal, fundamento esse que o impede de ter a disponibilidade e a disposição para fazer um trabalho com o mínimo de qualidade que os severenses que o elegeram merecem. Disse que, uma apreciação necessariamente breve ao que tinha sido feito, até agora, resultava num balanço positivo, pois as realizações que a Câmara Municipal tinha levado a cabo, para a promoção do concelho, tinham tido um reconhecido sucesso, bastando verificar a elevada participação popular nas mesmas. Afirmou que a Assembleia Municipal tinha uma quota-parte nesse êxito, pois votava os orçamentos que possibilitavam esses eventos e acolhia os contributos dos que querem ver a sua terra melhorar. Disse saber que se atravessa uma época em que a comunicação, de tão fácil e rápida, propicia a fenómenos de populismo e demagogia, mas que, quando a poeira assenta e se estudam melhor algumas situações, existe um sentido no trabalho que aquele conjunto de pessoas, de várias orientações partidárias, que dirige o executivo, tem como primordial - pugnar pela melhoria do bem estar dos severenses. Afirmou que, certamente, há muito para fazer e melhorar, sendo, era para isso, que ali estavam, acolhendo sempre as opiniões de outros quando as mesmas são melhores que as deles, dizendo que, não querem, nem têm, o dom de estar sempre certos. Disse que, os apoios que são dados às coletividades, sejam IPSS, desportivas, ou outras, e o retorno que elas dão, são uma maior valia para todos. Terminou, desejando a todos a continuação do melhor trabalho em prol do concelho e das suas gentes.-----

Voltou a ser dada a palavra a **Jorge Manuel Henriques da Graça** que disse ter sido, de certo modo, citado por dois ilustres colegas e, dirigindo-se a Paula Coutinho, respondeu que renovava, categoricamente, aquilo que tinha referido na sua intervenção, e ao senhor deputado António Monteiro, disse que, o facto de ser deputado na Assembleia da República não o intimidava com aquilo que o senhor acha que são os temas que deve ou não trazer. Disse que iria continuar a usar a sua liberdade de escolher, no período de antes da ordem do dia, os temas que considerar que são interessantes trazer e que deve trazer. Continuou a sua intervenção, dizendo que, com todo o respeito, porque não é abstencionista, tem todo o respeito pelo trabalho que se desenvolve, uma vez que vai votar em todas as eleições. Disse haver uma diferença, entre eles os dois, em relação a Talhadas, uma vez que vive em Talhadas e sente-se prejudicado com aquilo que está a acontecer em Talhadas e, eventualmente, o senhor deputado António Monteiro poderia tentar pôr-se no lugar de um Talhadense, embora não consiga.-----

Dirigindo-se ao membro Paulo Lourenço, o **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse que faltará, realmente, o horário nos livros sobre o Ecocentro e que os mesmos serão distribuídos profusamente pelos locais. Quanto à recolha do lixo e limpeza dos contentores com regularidade, informou que a vereadora Elisabete Henriques estava a tomar conta disso, assim como da questão dos caixotes sem tampa. Dirigindo-se a António

Cruz, o Vice-presidente da Câmara Municipal informou que os limites da limpeza das vias tinham sido definidos, e que entendia que a intervenção não era direcionada ao executivo. Dirigindo-se a Patrícia Santos, o Vice-presidente da Câmara Municipal agradeceu a sua intervenção sobre o SNS e disse ter ficado muito lisonjeado por ouvir um membro da bancada do PSD a fazer esse elogio. Dirigindo-se ao membro António Monteiro, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse que já tinha sido efetuada alguma limpeza abaixo do Centro de Saúde, a qual será feita na totalidade, dando conta na boa fé na formação de um protocolo que ainda não estava celebrado, mas que estava apalavrado e que nada tem a ver com a transferência de competências. Sobre a Lei n.º 50, disse ser do seu entendimento que, o esclarecimento enviado pelo ministro da administração interna, era desnecessário, uma vez que a informação que vem no artigo 4, n.º 2, alínea a), daquela lei, cita que “*até 15 de setembro de 2018, as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2019 comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais*” sendo que, em 2021, é de aplicação automática. Mais disse que, o artigo 44º, n.º 1 diz que “*A presente lei produz efeitos após a aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito setorial*”, ou seja, é inócua e não tem efeitos nenhuns. Mais disse que, através dos jornais, houve conhecimento de que o conselho de ministros terá aprovado, há cerca de oito dias, os diplomas setoriais e como o senhor deputado António Monteiro está em Lisboa, podia ser que trouxesse notícias sobre isto. Afirmou que o executivo iria aguardar os diplomas setoriais, uma vez que os mesmos têm de ser negociados com os municípios. Como nota de rodapé, quanto a Talhadas, o Vice-presidente da Câmara Municipal informou que o protocolo celebrado com a Junta de Freguesia de Talhadas ainda estava em vigor, uma vez que não era possível celebrar o novo protocolo, que é muito mais vantajoso. Dirigindo-se a Pedro Mendes, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse que o relatório seria solicitado com urgência. Por fim, agradeceu as palavras do membro José Almeida, sobre a observação feita à atividade municipal, pedindo-lhe que ponderasse a sua decisão de deixar a Assembleia Municipal.--- Foi dada, novamente, a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que quis dizer, ao senhor presidente da Câmara em exercício, que, de alguma forma tratou toda aquela questão com uma ligeireza que o deixava preocupado porque, das duas uma, ou a lei quadro, conforme disse, é uma brincadeira e vale zero, ou então, estavam a falar daquilo que será uma decisão com uma enorme importância em matéria de descentralização, informação que é um facto, pois a informação que o senhor presidente da Câmara tinha, atualmente, era nada em relação àquilo que são os diplomas. Mais disse que, a informação que os deputados têm, na Assembleia da República, também era zero, por isso, quis relembrar uma expressão que é a jurisprudência das cautelas e, naquele caso em concreto, era importante que, não sob a forma de deliberação, mas sob a forma de moção, a Assembleia Municipal expressasse a sua preocupação e a sua inquietação por esse mesmo atraso e em relação à falta de informação.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse ao membro António Monteiro para não ripostar com a jurisprudência da cautela porque iria responder-lhe com a jurisprudência dos interesses, pois o município tem o máximo de interesse no assunto.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à votação da moção apresentada pelo CDS.-----

Moção do CDS-PP, intitulada “Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais”:-----

A Constituição da República Portuguesa consagra expressamente os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização. Apesar de já terem decorrido mais de 40 anos desde a instituição no nosso país do poder autárquico democrático e do desígnio da descentralização ter sido constitucionalmente reforçado, nomeadamente com a revisão constitucional de 1997, o certo é que o nosso país, durante muitos e longos anos, foi um dos mais centralizadores. O CDS-PP não tem dúvidas de que as autarquias locais têm constituído um veículo essencial no domínio da descentralização

de políticas é do desenvolvimento económico e social das populações, essenciais na oferta de serviços públicos de qualidade aos portugueses, integrando a primeira linha e a mais próxima de apoio, em áreas tão relevantes como a saúde, a ação social, a valorização e dignificação de equipamentos educativos e a habitação social. O anterior Governo desenvolveu e implementou uma profunda reforma, nomeadamente no que se refere às atribuições e competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais, através da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Por outro lado, no que se refere a áreas como a educação, saúde, segurança social, cultura e transportes, foram aprovados diversos diplomas no sentido de efetivar a descentralização destas funções sociais. Aquela profunda reforma necessitava de ser aprofundada, tendo o atual Governo, desde o início desta legislatura, assumido o compromisso de a concretizar. No entanto, o processo de descentralização, conduzido pelo atual Governo, tem-se traduzido numa grande trapalhada, com avanços e recuos, prazos sistematicamente prorrogados, indefinições, falta de estudos, análises e dados concretos, nomeadamente no que se refere aos meios necessários para a descentralização de competências. O processo de descentralização, conforme é reconhecido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, envolve três peças fundamentais e complementares entre si: a lei-quadro, os diplomas setoriais e a Lei das Finanças Locais, que deveriam ter sido discutidos, estudados, desenvolvidos e aprovados simultaneamente. No passado dia 18 de julho, a Assembleia da República aprovou apenas a lei-quadro da descentralização e algumas alterações à Lei das Finanças Locais. Aqueles diplomas, conforme o CDS alertou, foram aprovados de forma apressada e falta conhecer a demais legislação, absolutamente necessária para concretizar uma efetiva descentralização nas autarquias locais. A Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais - Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto -, que entrou em vigor no passado dia 17 de agosto, prevê que a transferência de competências possa ser feita de forma gradual, até janeiro de 2021, e depende da prévia aprovação, pelo Governo, de decretos-lei sectoriais relativamente a cada área a transferir. A alínea a), do n.º 2, do art.º 4.º da referida Lei-quadro, estipula que as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2019 comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido, até ao dia 15 de setembro de 2018. No entanto, foi já tornado público que tais decretos sectoriais ainda não foram aprovados pelo Governo e que o prazo de 15 de setembro, estipulado na lei, irá ser prorrogado. É fundamental que a descentralização a efetivar seja uma verdadeira descentralização de poder de decisão e não uma mera transformação das Câmaras Municipais em serviços de manutenção local ou tarefeiros de direções gerais e de institutos públicos. Assim, os Deputados Municipais do CDS-PP propõem à Assembleia Municipal de Sever do Vouga reunida a 28 de setembro de 2018 que delibere o seguinte:

- 1) A descentralização é essencial para um efetivo e melhor desenvolvimento económico e social de toda a população portuguesa e pata que se possa concretizar é fundamental conhecer os vários diplomas sectoriais em falta;-----
- 2) O Governo deve assegurar e garantir todos os meios, técnicos, com pessoal e de financiamento ao cumprimento das novas competências pelo poder local às autarquias locais;-----
- 3) O Governo deve prestar todos os esclarecimentos e remeter às autarquias locais e às entidades intermunicipais todas as informações necessárias ao exercício de tais funções e competências;-----
- 4) Enquanto não se verificarem as condições estabelecidas nos pontos anteriores, as autarquias locais devem rejeitar o exercício de qualquer nova competência.-----

A Assembleia Municipal chumbou a moção “Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais”.-----

Quatro votos a favor – António Monteiro, Bruno Tavares, Edite Rodrigues e Pedro Mendes.-----

Dez abstenções – António Cruz, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Sérgio Silva.-----

Treze votos contra - Alexandre Machado, Ana Mendes, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

José Almeida interveio para dizer que o voto da sua bancada tinha sido contra por uma razão simples, é que, aquela moção, bem lida, dá a entender que são contra a descentralização das competências, não sendo esse o caso.-----

Patrícia Santos interveio para dizer que a bancada do PSD absteve-se da moção por entender que o estado da saúde complementar, em Sever do Vouga, estava suspensa há um ano e que, qualquer autarquia só deve aceitar uma transferência de competências quando conhecer as suas condições, principalmente as condições financeiras, nisso, concordando, todavia, deve ser tido em conta que aquele é um processo que se vai arrastar.-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado, pelo presidente da mesa, à Assembleia, se pretendiam colocar questões, ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **Patrícia Santos** que disse ser sempre de louvar todas as iniciativas propostas pelo município que visem facilitar a vida familiar dos munícipes, como foi no arranque do presente ano escolar, com a oferta dos manuais escolares aos alunos do 1º CEB, ainda que aquela medida acarrete mais um sacrifício por parte do município. Afirmou que a bancada do PSD não vê aquela medida como um sacrifício, mas como uma forma de aliviar o orçamento familiar de tantas famílias, sendo pena, aquele sacrifício não ser alargado aos restantes alunos, por exemplo, até ao 12º ano. Disse que, a dúvida da bancada do PSD, em relação ao arranque do presente ano escolar, não estava nos livros, nem nos transportes e muito menos na alimentação, sendo certo que existiam falhas nos transportes, o que exige um acréscimo de fiscalização e uma menor dependência de queixas, mas, sim, se todas as escolas do concelho apresentam condições físicas e humanas para um ano escolar sem perturbações. Afirmou que a bancada do PSD iria apoiar sempre e elogiar publicamente todos os eventos culturais, sociais e económicos que possam vir a desenvolver e a promover o bem-estar da população, todavia desde o início do atual mandato, nas cinco Assembleias Municipais que passaram, em todas as comunicações escritas do Presidente da Câmara, além da referência ao Cartão +65 e à viagem Sénior, não há qualquer referência aos idosos do concelho, não tendo sido promovidas atividades que visem a deslocação dos idosos às exposições, aos concertos, as atividades lúdicas na biblioteca, perguntando se isso era apenas uma falha no conteúdo da informação escrita. Disse arriscar-se a dizer que o município descartava as suas obrigações para com os idosos em detrimento das IPSS, afirmando que a ação social só acontece quando implica interação entre indivíduos. Afirmou que o cartaz das atividades do Centro das Artes e do Espetáculo deveria chegar a casa dos munícipes, pois são muitos que ainda não usam as redes sociais e muitos raramente olham para os cartazes afixados, sendo que uma maior divulgação resulta numa maior interação entre munícipes e município. Em nome da bancada do PSD, recomendou que a comunicação escrita do presidente seja mais clara, organizada e detalhada, aproveitando o facto para perguntar onde é a Qualificação do Espaço Público - Fase 1, mencionada nas obras públicas, obras em execução, referindo que aquela qualificação já vinha mencionada na anterior comunicação escrita, mas sem informação do local, que tem vindo a ser solicitado de forma recorrente, o que é desnecessário se houver uma maior exatidão das comunicações.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Bruno Tavares** que fez referência à recomendação aprovada pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, sobre os transportes escolares, que tem como objetivo principal a gratuidade dos mesmos a todos os alunos do ensino obrigatório, perguntando o que a Câmara Municipal tinha feito nesse sentido.-----

A próxima intervenção foi a de **Diana Paiva** que disse estar referido, na informação escrita do Presidente, um processo especial de revitalização, onde o município apresentou reclamação de créditos e que o pagamento se iniciar-se-ia no mês de agosto. Tendo em conta que a informação foi apresentada no mês de setembro, solicitou informação sobre se já houve lugar ao pagamento devido. Perguntou, ainda, se as rendas que se venceram desde essa data tinham sido pagas, uma vez que as reclamações de créditos tinham sido apresentadas no mês de junho de 2017, e, se não foram pagas, qual o crédito real do município e a viabilidade de cobrança do mesmo? Mais disse querer saber porque motivo se deixou chegar àquela ordem de valores nas rendas em atraso e se existiam mais rendas em dívida no Vougapark. Disse pretender saber, ainda, de saber, se era possível incluir as informações sobre os processos de contraordenação, cujos autos foram remetidas ao município, quais é que foram instaurados pelo município, qual a tramitação dos mesmos, quais resultaram em condenação e quais foram arquivados e motivos do arquivamento, dado que o município também é entidade autuante.-----

Foi dada a palavra a **António Monteiro** que apresentou um desafio ao presidente da Câmara, do qual toda a Assembleia Municipal beneficiaria muito, que é a apresentação da comunicação escrita à Assembleia Municipal, uma vez que é o senhor presidente que dá a cara por aquilo que corresponde ao trabalho da Câmara Municipal até à data de 31 de agosto de 2018. Afirmou que não podia deixar de ficar um pouco preocupado com aquilo que é a taxa de execução na despesa de capital, tanto mais quando se verifica que, no relatório do auditor externo, em julho, apresentava 19,8% em aquisição de bens de capital de um orçamento de uma dotação de 4,8 milhões de euros. Afirmou que o relatório não era uma informação escrita, quando muito, era uma desinformação escrita, para a qual já tinham chamado a atenção em relatórios anteriores e que, sobre as empreitadas, não basta fazer uma designação genérica com um traço à frente a dizer qualificação do espaço público 1ª fase, pois não é informação nenhuma, faltando informação sobre onde tinham sido realizadas as obras, a execução física, a execução financeira e respetivo cronograma, uma vez que a Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador da atividade da Câmara Municipal, enquanto órgão que aprova os orçamentos, nos termos da lei, tem direito a essa informação. Perguntou qual era a situação da escola, uma vez que já tinham ocasião de ter esse debate e o senhor presidente da Câmara tinha informado que teriam tido necessidade de alterar o cronograma, ao qual a Assembleia Municipal não tinha tido acesso. Disse considerar que essa obrigação não estava a ser cumprida. Chamou a atenção para aquilo que diz respeito à informação de gestão, dizendo lembrar-se da primeira informação escrita que apareceu em Assembleia e que tinha, por exemplo, os compromissos realizados até àquele momento, perguntando porque é que, atualmente, essa informação não consta na informação. Afirmou que vários deputados da Assembleia Municipal já tinham chamado a atenção para o facto de faltar informação e que, até ao momento, para além de promessas genéricas e vagas de que existe cronograma e que a Assembleia Municipal poderia ter acesso ao mesmo, ele não tinha sido fornecido à Assembleia Municipal na altura em que devia ter sido fornecido.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Pedro Mendes** que disse ter tido a oportunidade de analisar a informação escrita e que lhe tinha chamado a atenção a avaliação feita à Ficavouga, a dizer que as coisas tinham corrido muito bem e que tinha sido um enorme sucesso, mas que faltam, na sua opinião, dados objetivos e quantificáveis, que permitam melhorar ou, até mesmo, redefinir aquilo que pode ser aquele evento no futuro. Realçou coisas interessantes, como a aposta em atividades para novos segmentos para as crianças e, até mesmo, a preocupação com as questões ecológicas e ambientais. Afirmou que, muito provavelmente, para o ano, a Ficavouga vai ter de ter um novo plano, parecendo-lhe, no entanto, difícil elaborar um plano se não existirem metas que possam ser, no fundo, verificáveis, em termos dos impactos daquele evento. Sugeriu a inclusão, no plano do próximo ano, de um estudo de impacto económico e social da Ficavouga. Sobre dados quantitativos, disse poderem, talvez, seguir o exemplo, não completo, mas já com dados

muito objetivos, como se apresentam na gestão do Museu, carecendo a Ficavouga dessa quantificação.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que concordou que a informação escrita poderia sofrer melhorias, designadamente informação sobre o Centro Escolar, mas que a mesma nunca será exaustiva. Dirigindo-se a Patrícia Santos, afirmando não saber se o orçamento dá para a oferta dos manuais escolares até 12º ano, estando, ainda, a ser analisada a situação do pagamento dos transportes escolares. Sobre os transportes escolares, aproveitou para informar que, no seguimento da proposta apresentada, tinham sido solicitados pareceres à CCDR-C, para evitar tomar decisões que possam ser contra a lei e, conseqüentemente, chumbadas por instâncias superiores. Procedeu à leitura da resposta da CCDR-C e disse que iria solicitar um parecer à DGEstE. Sobre a falta de apoio aos idosos, disse não aceitar muito essa afirmação, uma vez que o município desenvolve ações lúdicas com os idosos, em conjunto com as assistentes sociais e a psicóloga do município, e, ainda, através de protocolos celebrados com as IPSS. Mais disse que o município disponibilizava os seus equipamentos recreativos e culturais para as ações que entendiam realizar e que eram feitas transferências de verbas significativas para as IPSS, entendendo que o município está, quer direta, quer indiretamente, a desempenhar o seu papel nos apoios à terceira idade, aos seniores. Sobre a programação do CAE, concordou que a mesma deve ser mais divulgada, estando em mãos um projeto de divulgação, como já tinha sido feita em tempos, mas que deixou de o ser por falta de recursos humanos. Quanto ao espaço público, informou que a fase um era, precisamente, a obra do Rachado e que a fase dois era a obra da Serração. Quanto ao PER, disse não saber se existem elementos que possa divulgar, processos autos de contraordenação, cuja esmagadora maioria vem para o município com informação de que foi levantado auto através da GNR e, depois, há aqueles que estão em segredo de justiça. Mais disse que, se for a quantidade de autos que pretende, podia fornecer essa informação. Informou que há uma empresa que está em PER, efetivamente, e que tinha sido decidido fazer um ultimato, por falta de pagamento do acordado da renda de julho, para ser tomada uma decisão definitiva. Mais disse que não podia divulgar o acordo, uma vez que se trata de um processo judicial. Informou não existirem mais empresas com aquele tipo de dívidas. Dirigindo-se a António Monteiro, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse ter tomado nota da recomendação verbal e dos assuntos que têm de ser melhorados, aceitando que a informação tem de ser melhorada. Quanto aos aspetos técnicos, disse que o relatório do auditor externo referia-se ao primeiro semestre e que as contas referiam-se a oito meses, sendo essa a razão pelas diferenças apresentadas. Quanto às taxas de execução, disse que o membro António Monteiro sabia perfeitamente que, por exemplo, um último auto de medição do Centro Escolar tinha sido de cerca de cem mil euros e tinha sido apresentado, em julho, não está na relação que se refere a agosto, por ter sido pago em setembro. Mais disse que o deputado sabia, ainda, que o período de férias é sempre um período mais morto, mas que, quanto às taxas de execução, quer da receita, quer da despesa, isso estava perfeitamente refletido. Afirmou que, se fosse elaborado um auto com referência a 30 de setembro, essas taxas subiam e, depois, na taxa de execução da receita, por exemplo, designadamente na receita de capital, só das centenas de milhares de euros que foram pagos do Centro Escolar, o município ainda não tinha recebido um euro da entidade financiadora, que é o Portugal 2020. Desafiou o senhor deputado, na próxima Assembleia Municipal, a olhar para aquelas taxas, altura em que as mesmas já devem estar na média. Quanto ao cronograma, disse pensar que a Assembleia Municipal tinha tido conhecimento do mesmo, uma vez que a Câmara Municipal teve. Informou que o documento iria ser fornecido, dizendo que o cronograma tinha sido alterado ainda antes da fase da execução física, tendo havido uma proposta, aprovada por unanimidade das partes, e que tinha sido feita uma reprogramação, no decurso da execução física, mantendo-se o cronograma e os prazos. Mais informou haver um atraso na execução física, que é financeiro, e é essa

informação que o senhor deputado dizia estar em falta, sobre o qual tomou nota. Sobre a Ficavouga, disse ficar a sugestão e, quanto ao conteúdo formal, disse aceitar contributos.--- Foi dada a palavra a **António Monteiro** que disse não ter tido uma resposta à questão colocada sobre os compromissos. Afirmou que, a informação financeira que constava, na primeira informação escrita fornecida, continha informação sobre a taxa de compromissos e a quanto o município já se tinha comprometido, o que é um dado fundamental para saber a situação financeira do município, sem o qual, a informação financeira não estava devidamente fornecida. Em relação à questão das empreitadas e das obras em geral, disse não ser a primeira vez que era feito esse apelo. Sobre a referência que o Vice-presidente da Câmara Municipal tinha feito em relação ao auto de medição do Centro Escolar, afirmou que o auto tem a ver com a execução financeira e com a questão do pagamento, mas que o que tinha afirmado na sua intervenção era que o importante era ter o cronograma da execução física, a taxa de execução física e a taxa de execução financeira, não tendo sido recebido nem um, nem outro. Afirmou que, ao longo das sessões, o senhor presidente tinha dito que iria melhorar o relatório, mas que o que se verificava era que o documento piorava, havendo menos informação do que aquela que tinha havido. Disse que, alguma coisa estava a acontecer e que não era culpa da oposição, nem da Assembleia Municipal, que tinha o direito de ter aquela informação. Afirmou que, pelo menos, na presente informação, os processos judiciais não tinham caído todos, questão que tinha de ficar, de uma vez por todas, resolvida com aquilo que é o modelo de informação escrita. Disse verificar estar a ser ocultada informação, por parte da Câmara Municipal, e perguntou se isso seria para evitar a avaliação política. Declarou não lhe parecer possível, porque acabavam por ser criticados por não darem informação e criticados por se achar que as empreitadas estavam atrasadas e que a responsabilidade era de quem tinha assumido, perante a Assembleia Municipal, compromissos de execução em determinadas obras, não apresentando informação, dando a perceber que não estavam a informar porque não estavam a conseguir cumprir com aquilo a que se tinham comprometido.----- Seguidamente, interveio **Diana Paiva** para dizer que a sua intervenção sobre o Vougapark tinha sido mais no sentido saber sobre a aprovação, numa sessão da Assembleia Municipal, de isenção de juros a uma escola profissional, precisamente por se verificarem atrasos, uma vez que, até à data, ainda não tinham obtido mais nenhuma informação relativamente àquela situação.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse não haver mais informação porque ninguém mais tinha solicitado a isenção de juros, tendo já informado que não há nada em dívida. Mais disse que iria tomar nota de como é que estava aquela situação. Dirigindo-se a António Monteiro, disse não saber se o deputado, por estar sempre a repisar no mesmo, pensava que ganhava mais razão ou se brilhava mais. Garantiu que o deputado não precisava de repetir-se exaustivamente para ser um brilhante deputado, até porque corria o risco de ser chato. Afirmou ter já dito que, realmente não obtinha o cronograma em mão, e que pensava que o tinha fornecido, pedindo desculpa. No entanto, disse não admitir, com todas as palavras, que sequer sugerisse que estava a ocultar alguma coisa, não lhe permitindo a si, como membro da Assembleia Municipal, porque tinha pedido desculpa porque o cronograma não estava presente e devia estar. Por fim, disse que a Câmara Municipal não tinha essa maneira de ser e que era transparente.-----

1.2 Taxas do IMI 2019: - Para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e oito membros presentes, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, destinada à fixação das taxas do IMI a que referem as alíneas a) e c) do n.º 1, do artigo 112º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, alterado pela Lei n.º 64/2008, de 5 de dezembro, para vigorarem no ano de 2019.-----

Com a proposta aprovada, nos termos do artigo 112º do mencionado diploma, as taxas do IMI, para o próximo ano, serão as seguintes:-----

a) Prédios rústicos: 0,8% (Fixa); -----

b) Prédios urbanos: 0,3%.-----

1.3 Taxas do IMI 2019 – Redução da Taxa por Agregado Familiar: - Em complemento da proposta para fixação das taxas do IMI para 2019, foi presente e analisada a proposta da Câmara Municipal para a redução do IMI sobre os imóveis destinados a habitação própria dos agregados familiares do concelho de Sever do Vouga que possuam dependentes a cargo e o domicílio fiscal do proprietário seja igual à localização daquele imóvel, nos seguintes termos:-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3	70

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----
Foi dada a palavra a **António Monteiro** que elogiou aquilo que considerava ser uma medida socialmente responsável, que resulta daquilo que tinha sido iniciativa do CDS e que tinha sido concretizada no tempo de um governo PSD/CDS, permitir que haja um desconto para as famílias mais numeradas porque, se o país precisava de alguma coisa era de aumentar a sua taxa de natalidade e, se um concelho como o de Sever do Vouga precisava de alguma coisa era, efetivamente, permitir às famílias que queriam ter mais filhos, não serem penalizadas por isso.-----

A proposta de redução do IMI, por agregado familiar, para 2018, foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e oito membros presentes.-----

1.4 Derrama 2019: - Foi presente e analisada a proposta apresentada pela Câmara Municipal, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para a aplicação das seguintes taxas para a cobrança da Derrama em 2019:-----

- a) 0,50% sobre o lucro tributável até os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC);-----
- b) 1,25% sobre o lucro tributável que exceda os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----
Foi dada a palavra a **Bruno Tavares** que disse considerar ser essencial que o município adote medidas que ajudem a compensar a interioridade do concelho, uma vez que o país, e especialmente o concelho de Sever do Vouga, está a competir, todos os dias, por mais emprego, mais investimento e mais pessoas. Afirmou que, sendo o valor arrecadado pelo município de pouco significativo, em termos de orçamento (cerca de 1%), a baixa do valor da derrama poderia potenciar a fixação de novas empresas, novos investimentos e mais pessoas.-----

Seguidamente, interveio **José Almeida** que disse ter muito gosto em contribuir para o município e que preferia pagar mais impostos em Sever do Vouga. Mais disse que o município não tinha acesso às entidades que pagavam aquele imposto, afirmando que eram muito poucas empresas em Sever do Vouga, infelizmente, pois, talvez, a maioria delas não tenha resultados positivos. Afirmou que aquele imposto valeria cerca de cento e trinta e cinco mil euros e que, fazendo referência ao pedido de livros escolares e transporte gratuitos até ao 12º ano, disse estarem quase todos os milagres esgotados, não sendo possível aqueles apoios a não ser que acabassem com a Ficavouga ou com a Feira do Mirtilo.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que disse entender que não era a derrama que iria afetar a interioridade, nem a fixação de novas empresas, pois as novas empresas não pagavam IRC. Mais disse ser incompreensível, mas que, realmente, não era possível saber quais as empresas que pagavam a derrama. Afirmou que as empresas que pagavam a derrama não se importavam de o fazer, sendo evidente que, até há uns anos, o produto da derrama tinha de ter o seu destino fixado e, embora não seja assim agora, aquela taxa era para aplicar em assuntos relacionadas com as empresas, uma vez que existem empresas a solicitarem apoio a nível de acessibilidades, de melhores

condições, estando, atualmente, no plano de atividades, a requalificação de toda a rede viária da zona industrial, para a qual vai o dinheiro que vem da derrama, por exemplo. Sustentou tratar-se de uma redistribuição das empresas que podiam pagar IRC, para as outras empresas que, às tantas, não podiam e que tinham prejuízo ou que tinham lucro não tributável, porque, uma empresa não pagar IRC não quer dizer que não tenha lucros. Mais disse entender ser um sacrifício que era solicitado às empresas, mas que as mesmas o suportavam com gosto porque era sinal que tinha tido lucro e sabiam que o resultado desse imposto era distribuído na melhoria das condições.-----

Terminadas as intervenções, o presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo o órgão deliberativo aprovado, por maioria, as taxas para a cobrança da Derrama em 2019.-----

Treze votos a favor – Alexandre Machado, Ana Mendes, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Oito abstenções – Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

Seis votos contra – António Cruz, António Monteiro, Bruno Tavares, Custódio Lima, Edite Rodrigues e Pedro Mendes.-----

Foi dada a palavra a **Paulo Lourenço** para dizer que a bancada do PSD tinha optado pela abstenção na votação da proposta, por achar que a taxa deveria ser gradualmente reduzida, ou até, eliminada para competir com os municípios que, atualmente, mais concorrência apresentam, diretamente, a Sever do Vouga. Mais disse que, reduzir ou eliminar aquela taxa proporcionaria melhores condições para fixar ou captar novas empresas.-----

1.5 Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2019: - Para efeitos do previsto no n.º 2, do artigo 123º da Lei das Comunicações Eletrónicas, publicado no Diário da República n.º 230, de 29 de setembro, foi aprovada, por maioria, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor de 0,25% para 2019.-----

A primeira intervenção foi a de **Paula Coutinho** que afirmou que a bancada do PSD iria votar contra a proposta apresentada, uma vez que, numa época em que se procura contrariar e atenuar alguns dos problemas estruturais das regiões de baixa densidade, em que a desertificação, a falta de emprego e a falta de competitividade são uma constante, consideram que aquela taxa não faz sentido, uma vez que se trata de um valor reduzido, e é mais uma taxinha para contribuir para a não atração do concelho. Afirmou que PSD entende que o concelho deve ser dotado de ferramentas que façam com que o município seja mais apelativo à fixação de pessoas. De salientar, que o próprio executivo, na pessoa do senhor Vice-presidente, na reunião de Câmara de 12 de setembro de 2018, apresentou uma moção “Movimento pelo interior – Em nome da Coesão”, mas que não basta declarar apoio àquela moção de âmbito nacional, é preciso mais, bem mais – é preciso dar o exemplo e começar já a implementar políticas públicas que promovam a inversão desta realidade.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse que, na sua opinião, aquela taxa nada tinha a ver com a fixação de pessoas e com a defesa do movimento pelo interior.-----

Paula Coutinho interveio, novamente, para dizer que considera que aquela taxa era desnecessária, pois, havendo condições financeiras para tal, porque não deixar os consumidores usufruir desse benefício?-----

Catorze votos a favor – Alexandre Machado, Ana Mendes, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Quatro abstenções – António Monteiro, Bruno Tavares, Edite Rodrigues e Pedro Mendes.-----

Nove votos contra – António Cruz, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

1.6 Participação Variável no IRS 2019: - Ao abrigo do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão deliberativo analisou a proposta apresentada pelo presidente da Câmara, e aprovada pelo órgão executivo em reunião de 12 de setembro de 2018, para se manter a participação variável do IRS pelo valor máximo da taxa prevista para o município, que é de 5%.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo-se registado as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **Toni Martins** que apresentou a seguinte moção da bancada do PSD:-----

Todos os anos os municípios podem cobrar até 5% da coleta líquida dos seus munícipes (participação variável no IRS), um direito que está consagrado no artigo 26º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.-----

Conforme foi referido na nossa intervenção da passada Assembleia Municipal de 24 de novembro de 2017 e com vista a defender os interesses do nosso concelho e de todos os Severenses, na qual solicitamos que fosse que efetuada uma análise mais aprofundada desta taxa, de forma a considerar a hipótese de redução da mesma, à semelhança do que acontece nos municípios vizinhos.-----

Numa análise mais pormenorizada ao documento apresentado, reparamos que a taxa se mantém nos 5% e que as receitas da mesma foram de € 328 967,00 em 2015; € 314 611,00 em 2016 e € 277 492,00 em 2017, registando um abrandamento.-----

Julgamos que deverão ser analisadas as causas do mesmo abrandamento de forma a que sejam tomadas medidas corretivas atempadamente.-----

A título de exemplo, e tendo em conta os valores acima referidos e tendência verificada, estimamos que uma redução de 1% desta taxa, corresponde a uma redução na receita do município de cerca de € 50 000,00, valor esse que corresponde a aproximadamente 0,5% do orçamento previsto para 2018.-----

Compreendemos que esta é uma fonte de receita importante para o município, mas não podemos ignorar que estamos em situação de desvantagem em relação aos concelhos vizinhos, até pela própria localização geográfica dos mesmos.-----

Desta forma é urgente tomar medidas que reponham o equilíbrio de oportunidades e a saudável competitividade entre os mesmos.-----

A Câmara Municipal não deve ser uma cobradora de impostos, mas sim uma impulsionadora do desenvolvimento do concelho.-----

É certo que esta redução de receita vai exigir por parte do Município, um maior rigor e trabalho de controlo e gestão financeira, no entanto, julgamos ser possível e trará benefícios a médio prazo.-----

Salientamos que a não cobrança desta taxa tem benefícios diretos nos encargos dos contribuintes que pagam IRS no concelho e que esta medida contribuindo desta forma para que seja mais um fator de incentivo à captação e fixação de pessoas para o nosso concelho.-----

Por todos os motivos aqui apresentados, a bancada parlamentar do PSD vem por esta forma recomendar à Exma. Camara Municipal:-----

- Uma redução gradual e no tempo da taxa de participação variável do IRS, de forma a permitir uma melhor adaptação e minimização do impacto no orçamento do município.-----

Esta proposta de alteração, servirá assim como complemento de incentivo à fixação de pessoas bem como ao reforço de medidas para combater a desertificação e envelhecimento que assistimos de uma forma geral no nosso concelho e que vai ao encontro da moção de âmbito nacional “Movimento pelo Interior – Em Nome da Coesão”, moção esta ao qual o Município se associou no dia 12 de Setembro de 2018.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Sérgio Silva** que afirmou que as autarquias podiam contribuir para baixar o IRS dos seus habitantes, assim, o número de Câmaras que prescindem de uma parte da receita do IRS, a que teria direito, e a oferece aos seus residentes tem vindo a aumentar. Disse que, há já vários anos que, entre as receitas das autarquias se inclui uma transferência equivalente a 5% da coleta do IRS dos seus cidadãos (residentes fiscais) e que a lei dava, a todos os municípios, a opção de prescindirem da totalidade ou de parte daquela receita, sendo uma das várias medidas, de que podem tomar mão para se diferenciarem umas das outras, que as autarquias têm, atualmente, à sua disposição e, por essa, via tentarem atrair novos residentes e empresas. Enumerou os valores dos concelhos à volta de Sever do Vouga: Vale de Cambra 1%, Albergaria-a-Velha 2,25%, Águeda 5%, Estarreja 2%, Ovar 2%, Murto 1%, Vagos 0,5%, Oliveira do Bairro 0,5%, Anadia 1%, São Pedro do Sul 1% e até São João da Madeira 0,5%. Exemplificou que um contribuinte com uma coleta líquida de € 10 000,00, que resida num município com uma taxa de participação de 3%, teria uma devolução de 2%, o que corresponderia a um abatimento fiscal de € 200,00.-----

Foi dada a palavra a **António Monteiro** que disse estarem a debater aquilo que, para si, era uma questão absolutamente fundamental, saudando o facto de ter havido uma redução do imposto sobre o património. Saudou, ainda, a redução do imposto sobre as empresas, significando a importância de tratar bem quem cria emprego e quem garante que as pessoas tenham um modo de vida no concelho. Disse não deixar de estranhar que, uma Câmara que se diz de esquerda e socialista, aplique a taxa máxima nos impostos sobre os trabalhadores. Afirmou tratar-se daquilo que é a atratividade do concelho e, se a opção do município tinha sido expulsar as pessoas de Sever do Vouga, porque à volta paga menos imposto, era óbvio que a base de incidência do imposto continuaria a reduzir e a receita do IRS corria o risco de ser inferior, mas, se o município de Sever do Vouga baixasse a taxa para oferecer concorrência aos municípios vizinhos, com toda a certeza, não expulsaria os seus, e, com aquela questão fiscal, podia, até, ter alguma atratividade e alargar a base de incidência do imposto e, assim, conseguir ter mais receita. Sublinhou que o comportamento do IRS também tinha a ver com o crescimento da economia, havendo um dado muito importante que o CDS não podia deixar de sublinhar, uma vez que tinha apresentado uma proposta alternativa à da Câmara Municipal, em que propunha a redução para 3%, sendo que, o relatório do revisor oficial de contas revelava um aumento de 7,8% até junho. Apelou para que todos aqueles que achavam que o IRS na taxa máxima não era aceitável para quem trabalha votassem a favor da proposta do CDS. Afirmou que iria votar a favor da proposta do PSD, mas que a mesma, só por si, não produziria efeitos para o ano, sendo que a moção do CDS produziria. Disse estar perfeitamente tranquilo para fazer essa redução, sublinhando, além do mais, o seguinte: nas votações anteriores, podia ter-se dado o caso de merecer a conjugação de votos do PSD e do CDS ter retirado alguma receita ao município que justificasse que tivessem que dizer que teriam de compensar, porque já teriam mexido nessa mesma estrutura de receita. Disse não ter sucedido na primeira votação, quando o PSD se absteve, e não sucedeu na segunda votação, quando o CDS se absteve. Afirmou que, no IRS, é uma questão fundamental para o futuro de Sever do Vouga, para não ser colocado na interioridade em relação aos concelhos vizinhos. Por fim, disse haver condições para proceder àquela redução e que esperava que fosse na presente sessão que a mesma chegasse a bom termo.-----

Seguidamente, fez uso da palavra **Ana Mendes** que felicitou o executivo pelo sucesso que tinham sido os eventos de verão e que, de diferentes âmbitos, dinâmicas e naturezas, iam dando luz e visibilidade ao concelho e às suas gentes. Disse que a sua intervenção surgia na sequência da análise da generalidade dos documentos que iriam ser postos à votação, e que, por se traduzirem num importante passo para o concelho, mereciam uma análise e ponderação mais cuidada e atenta. Afirmou merecer a sua concordância o pedido de autorização para a celebração de um contrato de crédito de avultado montante, crédito esse que considera importante e conveniente, atendendo às necessidades prementes a satisfazer;

constituindo um custo com reconhecidos benefícios de médio longo prazo para o concelho. Disse ser evidente que a celebração de contratos de crédito eram atos normais de todos aqueles que pretendiam fazer obra, manifestando o seu apoio ao executivo pela sua audácia e investimento, mas que era evidente que, celebrar contratos de crédito implicava assumir compromissos para o futuro, e por isso, importava ter os pés bem assentes na terra, abraçando responsabilidades para as quais se sentiam ter capacidade de resposta. Afirmou que, se o município, ao longo dos últimos anos, tinha conseguido manter o seu orçamento equilibrado e, até, amealhar alguns recursos que lhe permitem, agora, apostar em projetos mais arrojados e ter a desenvoltura de dar passos mais largos, não podia seguir em desnorte. Disse ser por essas razões que a bancada do PS iria votar favoravelmente, quer à contração do empréstimo, quer às propostas de manutenção das taxas de derrama e participação variável no IRS. Mais disse que, só em teoria é que era possível fazer obra, aumentar subsídios e reduzir impostos; sob pena de viver, atualmente, em devaneios que, no futuro, iriam onerar os descendentes, sendo que, para isso, não poderiam contar com o seu contributo. Referiu que, na sua modesta opinião, o executivo, ao manter as taxas da derrama e a participação variável no IRS, estava a seguir o caminho certo, pedindo a todos o seu contributo em prol da satisfação do interesse público, e depois criava mecanismos para socorrer aqueles que, sendo mais carenciados, necessitavam de um apoio e estímulo acrescidos, como sejam, o subsídio à natalidade, o apoio ao arrendamento e à reabilitação urbana, as bolsas de estudo, as reduções de taxas, a par de tantos outros que são do conhecimento geral. Afirmou que a economia e as finanças não eram, seguramente, o seu campo de trabalho, mas que era do senso comum que uma casa só é governável quando ativo e passivo se equilibram. Assim, e porque o que se quer é um executivo sadio, que faz obra, organiza eventos, traz cultura e vida ao concelho, está atento às necessidades das suas gentes, e faz-se ecoar além-fronteiras, disse entender ser imperativo autorizar, quer a despesa, quer a cobrança de impostos, nos termos aprovados pelo executivo, pois da mesma forma que os membros da sua bancada dispensavam, de bom grado, os 5% do seu IRS, bem como a comparticipação da derrama, para ter um concelho interventivo, dinâmico, aseado, organizado e que apoia os seus municípios, estando certa que a generalidade dos municípios e empresas domiciliadas no concelho preferiam participar ativamente, recebendo em contrapartida toda a panóplia de serviços e infraestruturas que lhes permitem ter uma vida digna, com qualidade e prosperar, mantendo as contas controladas, a viver num concelho que empurra para o futuro os custos dos seus atos, impondo aos seus filhos o peso de decisões pouco sensatas e egoístas para as quais os mesmos não foram tidos nem amados.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que disse ficar muito satisfeito quando dizem que é preciso mais investimento, transportes escolares gratuitos e manuais até ao 12º ano, mas que gostaria que explicassem onde é que se iria buscar esse dinheiro, porque, também era bonito referenciar os concelhos à volta, com o devido respeito, embora com algumas inexatidões que foram feitas, mas que também tinha que se dizer que esses concelhos à volta tinham orçamentos muitíssimo superiores ao de Sever do Vouga e que tinham fontes de rendimento, de vária ordem, geralmente a nível do IMI, que correspondiam a milhões de euros. Mais disse que o município poderia viver das transferências do estado, mas que seria necessário parar o concelho. Afirmou não querer expulsar ninguém do concelho e que os severenses eram um povo acolhedor. Mais afirmou que não era por um, ou dois, por cento de IRS que as pessoas deixavam de estar no concelho. Sobre a referência feita aos municípios que têm 0,2 ou 0,3, afirmou terem taxas de IMI de 4 e 5 por cento e, outras taxas muito mais altas do que as de Sever do Vouga, e, ainda, outras fontes de rendimento, o que se produzia receitas muito mais altas. Lembrou que o IRS, um bocado à imagem do IRC, tinha características próprias, para já, era de incidência pessoal, ao contrário do IMI, que é de incidência real e, quando a administração fiscal fixa a matéria coletável em termos do IRS, já expurgou dos rendimentos das pessoas, quer as deduções fixas, quer outras deduções e benefícios fiscais

e por a matéria coletável. Convidou a Assembleia Municipal a analisar, com seriedade, depois de apurada essa matéria coletável, à qual são aplicados os 5% quem é que paga IRS, as pessoas que podem pagar, porque, grande parte das pessoas até recebe o reembolso do IRS e não pagam, sendo que, a quem era exigido esse esforço de 5%, eram as pessoas que também podiam fazer um sacrifício pagando o IRS, porque, àquelas famílias que não podiam, a administração fiscal já tinha feito a filtragem e já não pagavam. Dirigindo-se a António Monteiro, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse que, se não tratassem bem os severenses, não estavam no município há muitos anos. Mais pediu que deixassem os severenses decidir se eram bem tratados ou não. Por fim, disse ao membro para não vir à Assembleia Municipal pretender dar lições de dar amor à terra, pois não recebia lições dele.-----

Toni Martins voltou a intervir para perguntar ao Vice-presidente da Câmara Municipal, sobre a sua afirmação de que os outros concelhos vizinhos tinham milhões, porque é que Sever do Vouga não poderiam ter, também.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse ser fácil de entender, pois, enquanto Sever do Vouga tinha uma praia fluvial, Ílhavo tem as praias da Barra e da Costa Nova, Aveiro tinha São Jacinto, Ovar tinha o Furadouro, a Murtosa tinha a Torreia e Vagos tinha a Vagueira, sendo, por isso que recebiam milhões de IMI. Disse não retirar uma palavra àquilo que tinha dito.-----

António Monteiro voltou a intervir para dizer que, depois de o Vice-presidente da Câmara Municipal não ter conseguido explicar porque é que as coisas eram como eram, aquilo que lhe iria dizer era que, também não lhe consegue explicar porque é que não podiam baixar o IRS, quando a informação do revisor oficial de contas era de que a receita dos primeiros seis meses de IRS tinha aumentado em 7,8%. Mais disse que o Vice-presidente não tinha conseguido explicar porque é que, naquilo que estava a aumentar em resultado da economia, de repente se tornava uma questão impossível de ultrapassar, sublinhando que, em todos os impostos se podia baixar, menos no imposto sobre os trabalhadores, sendo um paradoxo que, qualquer dia, teria de ser explicado.-----

Foi dada a palavra a **Sérgio Silva** para dizer que o senhor presidente já conseguia repetir os argumentos, conseguindo contradizer-se, e que, alguns dos argumentos, para se defender, até já eram inoportunos e, depois, ainda tinha falado sobre o imposto ser subjetivo. Disse ter-se esquecido de ler a nota do rodapé, que dizia que aquele exemplo era meramente indicativo, uma vez que a coleta líquida relativa aos rendimentos de 2018 só seria apurada em 2019. Mais disse que, depois de entregue a declaração dos rendimentos, consultada a tabela os exemplos dos vários municípios, Sever do Vouga zero, e, como dizia o ex-primeiro ministro, era uma questão de fazer contas, sendo que, a conta era simples de fazer (qualquer número multiplicado por zero é zero), que é o que os severenses tinham.-----

Seguidamente, interveio **José Almeida** que quis tentar explicar quanto é que significava aquele imposto para cada severense, os supostos cinco por cento, trinta euros, em média, ao ano. Afirmou preferir pagar impostos locais do que nacionais, não sabendo quanto é que o senhor deputado António Monteiro pagava em Lisboa, mas que gostava de saber, porque isto era um imposto que só pagavam os severenses com domicílio fiscal em Sever do Vouga. Disse ser claro que podiam baixar todos os impostos, oferecer livros, e que seria ótimo. Sobre a proposta apresentada pelo PSD, afirmou que iria abster-se, por ser uma proposta feita com pés e cabeça, faltando informação de onde se iria buscar a receita depois de baixar o imposto. Sobre a proposta do CDS, para baixar o imposto para 3%, perguntou quanto é que isso iria custar, uma vez que a mesma não fornecesse essa informação. Disse ver, com interesse, a proposta do PSD, sendo necessário verificar como é que tinha sido o comportamento desse imposto no presente ano, porque, contrariamente ao que tem acontecido, o mesmo se calhar iria ter um crescimento e, depois, para o ano, tomar-se-iam iniciativas sem pôr em causa as finanças públicas do concelho. Por fim, disse que o concelho cobrava cerca de um milhão e meio de euros de impostos e que o resto vinha do fundo do equilíbrio financeiro, ou seja, das transferências do estado e que,

se o município começasse a desbaratar as poucas receitas que poderia ter, não teria futuro nenhum.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que voltou a dizer que era uma questão de princípio, tendo já expendido porque é que entendia ser uma recolha justa. Disse ter ficado quase embevecido ao ouvir, pela segunda vez, o senhor António Monteiro a pôr-se de lado do imposto sobre os trabalhadores, fazendo-o lembrar Gerónimo de Sousa. Convidou o membro a fazer contas e ver que trabalhadores eram aqueles, quem é que pagava IRS, pois, aos trabalhadores que o deputado tanto invocava, não lhes era aplicado aquele imposto.-----

Primeira proposta e votação: De acordo com o previsto no regimento, o **presidente da Assembleia Municipal** apresentou à assembleia a proposta do PSD, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com o seguinte resultado na votação:-----

Catorze votos a favor - António Cruz, António Monteiro, Bruno Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

Treze abstenções - Alexandre Machado, Ana Mendes, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Segunda proposta e votação: Seguidamente, foi colocada a proposta apresentada pelo CDS à votação, que foi reprovada, com o seguinte resultado na votação:-----

Cinco votos a favor – António Cruz, António Monteiro, Bruno Tavares, Edite Rodrigues e Pedro Mendes.-----

Nove abstenções – Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

Treze votos contra – Alexandre Machado, Ana Mendes, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Terceira proposta e votação: Por fim, foi colocada a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma tido a seguinte votação:-----

Treze votos a favor - Alexandre Machado, Ana Mendes, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Catorze votos contra - António Cruz, António Monteiro, Bruno Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

Com base no resultado da votação, foi reprovada a proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

1.7 Linha BEI PT 2020 – Autarquias – Financiamento 1,9M Centro Escolar: - Foi presente e analisado um pedido de autorização, apresentado pela Câmara Municipal, para a apresentação de uma candidatura à Agência para o Desenvolvimento e Coesão para um contrato de financiamento de € 1 900 000,00 (um milhão, novecentos mil euros), ao abrigo da Linha BEI – Autarquias, a ser aplicado na empreitada “Construção do Centro Escolar de Sever do Vouga”.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** informou ter sido publicado um despacho a permitir a possibilidade de contrair um financiamento, para a contrapartida nacional das operações aprovadas no âmbito do Portugal 2020, e do fundo da política da coesão, que, no caso de Sever do Vouga era o Centro Escolar, obra financiado com um custo total de € 3 810 000,00, cuja comparticipação, por parte do programa Portugal 2020, era apenas de € 1 070 000,00. Mais disse que, a proposta da Câmara Municipal era é recorrer àquela linha de financiamento, de um € 1 900 000,00, para poder haver alguma folga orçamental, aproveitando as condições imperdíveis do mesmo.-----

Foi concedido um período de discussão, tendo sido registadas as seguintes intervenções:-

A primeira intervenção foi a de **Paula Coutinho** para dizer que, muito se tinha falado da construção do Centro Escolar de Sever do Vouga, verificando-se um atraso na execução da obra, pela informação cedida pelo executivo, o qual também informou que esse atraso ia ser recuperado, mas até ao momento, continuavam sem ter dados concretos para avaliar o real estado da obra. Afirmou que, inúmeras vezes tinha sido solicitado um relatório e mapa de execução física e financeira sobre a obra em questão, mas que, até à data, continua na mesma, ou seja, sem informação. Disse que a falta de informação é constrangedora, devido ao elevado valor da obra, prova disso ser necessidade recorrer a um financiamento de 1,9 milhões de euros e que importa saber se está a ser feito um duplo financiamento, uma vez que, na informação escrita, sobre o ponto em apreço, o que dizem é que “... *na decisão de aprovação de cofinanciamento pelo respetivo fundo, parece-me que, para este projeto, apenas poderemos apresentar a candidatura de...*”, parecendo não haver uma certeza. Perguntou como pretendem financiar-se caso o financiamento não seja aprovado e como pretendia o executivo concluir a obra, caso não houvesse esta linha de financiamento? Perguntou, ainda, se a obra já não tinha sido cabimentada? Informou que a bancada do PSD iria votar favoravelmente àquele pedido, mas com ressalva das reservas que tinham apresentado anteriormente e aguardando informações mais concretas.-----

Foi dada a palavra a **António Monteiro** que disse ser importante o senhor presidente prestar alguns esclarecimentos, na sequência de algumas intervenções anteriores. Pediu, ainda, esclarecimento sobre a inexistência de verba da união europeia, perguntando se isso se devia ao facto de a obra ainda não ter sido executada. Sobre a questão do compromisso, disse que, a partir do momento em que se adjudicou a empreitada, teoricamente, esse compromisso tinha de estar feito. Mais disse não ter tido nenhuma informação sobre compromissos na informação escrita, querendo perceber como é que vai ser feita aquela operação, em termos de compromisso, já que, para a adjudicação ser possível, foi necessário fixarem esse dinheiro, devendo o mesmo já estar cativo na conta bancária do município. Afirmou ser informação que tem de ser dada à Assembleia Municipal, porque, quem controla, e tem o dever de controlar, essas matérias é a Assembleia Municipal, e como nenhuma informação tinha sido dada na informação escrita, o senhor presidente tinha uma última oportunidade de explicar como é que vai funcionar, em termos financeiros, aquela questão.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse não receber ultimatos e que nem o senhor deputado estava em condições de lhe fazer ultimatos. Afirmou estarem, realmente, a massacrá-lo com a falta de informação e pediu desculpa pela mesma, sendo uma falta de respeito e falta de educação. Dirigindo-se a Paula Coutinho, disse que o empréstimo em nada tem a ver com atrasos de financiamento, informando que aquela linha tinha sido criada, de propósito, para a comparticipação nacional das obras do Portugal 2002, porque terão entendido, efetivamente, que há municípios que se veem atrapalhados para ter os compromissos e para cabimentar obras, não se podendo lançar uma empreitada sem os mesmos. Mais disse que aquele compromisso seria feito apenas para 2019 e que aquele financiamento não contava para os limites da dívida. Dirigindo-se a António Monteiro, o Vice-presidente da Câmara Municipal pediu que repetisse a segunda questão que lhe tinha colocado.-----

António Monteiro disse ao Vice-presidente da Câmara Municipal que não tinha havido nenhuma falta de respeito da sua parte para com a Câmara Municipal, a falta de respeito tinha sido da Câmara Municipal para com a Assembleia Municipal e para com os deputados da oposição, designadamente, porque, que os deputados do PS não queiram ter essa informação por parte da Câmara Municipal, era um problema dos deputados do PS, mas que, enquanto deputado do CDS, tinha o direito de ter esta informação, assim como todos os deputados. Disse serem relevantes as perguntas colocadas sobre aquilo que é o processamento do empréstimo e como é que vão fazer a operação de cabimentação, do ponto de vista técnico, para poderem saber o que é que está a ser feito com o dinheiro que é de todos. Afirmou que queria, simplesmente, que explicasse se a obra tinha sido

cabimentada para poder ser adjudicada, significando que o dinheiro tinha ficado, teoricamente, cativo na conta. Perguntou como é que iriam proceder, tecnicamente, à resolução da questão dos compromissos. Disse não ser uma armadilha, ou uma tentativa de causar problemas à Câmara Municipal, mas que é pelo facto de terem o direito a essa informação. Pediu, com toda a franqueza, com toda a estima e, até, consideração pessoal pelo Vice-presidente da Câmara Municipal, que não usasse argumentos pessoais, como se houvesse uma qualquer tentativa de faltar ao respeito, quando a questão era institucional.--

O Vice-presidente da Câmara Municipal disse registar que o membro António Monteiro considerava que, pela falta de informação, a Câmara Municipal estava a faltar ao respeito à Assembleia Municipal, mas pediu que não estivesse sempre a repeti-lo. Mais disse registar o seu conceito de respeito. Sobre o empréstimo, informou que a Câmara Municipal estava a pedir uma autorização à Assembleia Municipal para a sua contração. Relativamente à opção sobre a taxa fixa ou variável, informou que isso seria decidido na fase da execução do empréstimo. Sobre o compromisso e a cabimentação, afirmou que, sendo a obra executada através de um concurso, a mesma teria de ter um compromisso porque, se não, não existia obra nenhuma.-----

A intervenção seguinte foi a de **Diana Paiva** que quis alertar para o facto de estarem a entrar na última hora de trabalhos e faltarem ainda quatro ou cinco pontos para analisar. Afirmou existir um regimento que serve para orientar nos trabalhos, e que o seu artigo 30 prevê que as primeiras sessões ordinárias realizar-se-iam por reuniões não superiores a cinco horas. Disse que, continuarem com picardias e com constantes diálogos não elevam, em nada, os trabalhos, considerando interessante os pontos de vista e as perspectivas de cada ponto e que os mesmos devem ser discutidos, mas que, entrar em constante diálogo e interrupção de uns e de outros, leva a que os trabalhos se atrasem demasiado.-----

Foi dada a palavra a **José Almeida** que disse sentir necessidade de intervir em defesa de honra do seu grupo municipal, uma vez que o mesmo tinha sido referido, dizendo que, a obra tinha sido aprovada pelo Tribunal de Contas e sugeriu aos deputados do CDS para solicitarem e fazerem uma visita à obra, como faz o seu grupo municipal.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, autorizar a Câmara Municipal a apresentar uma candidatura à Agência para o Desenvolvimento e Coesão para um contrato de financiamento de € 1 900 000,00 (um milhão, novecentos mil euros), ao abrigo da Linha BEI – Autarquias, a ser aplicado na empreitada “Construção do Centro Escolar de Sever do Vouga”.-----

Vinte e três votos a favor: Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Maria Tavares Mendes, António Augusto Macedo de Cruz, António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro, Beatriz Manuel Lourenço Soares, Carlos Manuel Martins Tavares, Cípriano de Arede Nogueira, Custódio Tavares Pereira de Lima, David da Silva Alves, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, Elmano Jorge Ribeiro da Silva, Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos, Jorge Manuel Henriques da Graça, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, Júlio Martins Fernandes, Luís Filipe Tavares da Silva Pedro, Mariana Fernanda Martins de Bastos, Mário José Costa da Silva, Patrícia Sofia Martins Santos, Paula Cristina Dias Coutinho, Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço, Renata Liliana da Costa Marques e Toni Pedro Ribeiro Martins.-----

Cinco abstenções: António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro, Bruno Filipe Sousa Tavares, Edite Bastos Rodrigues, Pedro Miguel Martins Mendes e Sérgio Soares da Silva.-

1.8 DGAL – Financiamento Reembolsável de € 250 000 para Gestão de Combustíveis: - Através do vice-presidente, foi apresentada a proposta aprovada pela Câmara Municipal, a solicitar à Assembleia Municipal a autorização necessária para a apresentação de candidatura, no valor de € 250 000,00, e, celebração de um contrato, com a DGAL, de financiamento reembolsável, criado através do Decreto-Lei n.º 22/2018, de 10 de abril, destinado a financiar as despesas com redes secundárias de faixas de gestão de combustível, prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 148.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de

dezembro, para execução das obrigações dos municípios constantes do artigo 153.º da mesma lei.-----

Foi concedido um período de intervenção, tendo sido registadas as seguintes:-----

Foi dada a palavra a **Paulo Lourenço** que disse considerar ser necessário e urgente intervir, de uma forma clara e eficaz, na gestão dos combustíveis, sendo que o concelho é propício àquele tipo de calamidades. Solicitou que fosse feita a fiscalização e acompanhamento, por parte do gabinete florestal municipal, para que fossem garantidas e cumpridas todas as disposições legais, importando saber para quando estava previsto o início dos trabalhos e onde se iniciavam, assim como o rumo a dar aos inertes removidos. Disse ser pertinente iniciar as limpezas das aldeias e das zonas industriais. Mais disse ter conhecimento de algumas vias que se encontravam com árvores a cair sobre as mesmas, tocando mesmo em veículos maiores, causando alguns prejuízos, sendo urgente a sua remoção, dando como exemplo a ligação de Sanfins-Mouta, entre outras.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** informou que os trabalhos já tinham iniciado há uns meses, através de uma empreitada, e que, muito em breve, iniciar-se-iam a limpeza das povoações e das zonas industriais. Mais disse que, a Câmara Municipal tem vindo a exigir às empresas que cumpram a lei, quer no respeito pelo distanciamento das árvores que ficam, quer na gestão do mato e das árvores.-----

Colocado este ponto à votação, foi deliberado o seguinte:-----

De acordo com o previsto na alínea f) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor dos membros presentes, autorizar a Câmara Municipal a submeter candidatura e celebrar contrato de financiamento reembolsável, com a DGAL, através da linha de crédito para financiamento das despesas com redes secundárias de faixas de gestão de combustível, prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 148.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, para execução das obrigações dos municípios constantes do artigo 153.º da mesma lei, cuja linha de crédito foi criada pelo Decreto-Lei n.º 22/2018, de 10 de abril.-----

1.9 Regulamento do Conselho Municipal da Juventude: - Foi apresentada, pela Câmara Municipal, a versão final do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude. O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, o documento.-----

Foi concedido um período de intervenção, tendo sido registadas as seguintes:-----

Patrícia Santos interveio para dizer que era com enorme agrado que a bancada do PSD via, finalmente, o regulamento do Concelho Municipal de Juventude em aprovação na Assembleia Municipal, embora peque por ser tardio, uma vez que aquele conselho era uma das melhores formas de envolver os jovens na vida cívica, cultural e política dos municípios e que era do interesse de qualquer município a irreverência e perspicácia dos jovens na vida cívica, de forma a tornar ainda mais apelativa a sua intervenção, nos concelhos que os viram nascer. Disse esperar a sua célebre publicação em Diário da República e o agendamento da primeira reunião, para recuperar o tempo perdido para que os jovens do concelho possam ter voz ativa, uma vez que é deles o futuro enquanto município.-----

Foi dada a palavra a **Pedro Mendes** que disse juntar-se à sua colega que tinha acabado de valorizar e de referir a boa notícia, por finalmente estar em vigor o Conselho Municipal da Juventude, provavelmente dentro das pessoas que fazem parte desta Assembleia Municipal, será a pessoa mais velha, ou menos jovem, mas disse que, tudo faria para que o documento não fosse apenas um papel, mas que pudesse ter um conjunto de atividades que pudessem ajudar os jovens do município a serem pessoas mais felizes no futuro, certamente, os mais jovens do concelho teriam a chama nos olhos e os mais velhos, certamente, teriam o reflexo dessa luz para os poderem, no fundo, ajudar, também, com a sua experiência, e, no fundo, reforçando, também, a questão da sua colega, que falou anteriormente, para quando seriam as próximas reuniões, para quando as próximas atividades, e, estariam essas atividades refletidas, posteriormente, na informação escrita do

senhor Vice-presidente da Câmara Municipal, bem como em outros documentos que teriam de ter, por lei, intervenção.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** informou que, mal estivesse em vigor o regulamento, seria convocada, desde logo, uma primeira reunião para a elaboração do regimento e, se possível, para o conselho já dar contributos para o orçamento.-----

1.10 Regulamento dos Apoios às Freguesias – Alteração: - Foi presente e analisada a proposta apresentada pela Câmara Municipal, sobre a alteração do Anexo I do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, para conter os seguintes limites máximos de despesa autorizada a realizar por freguesia:-----

Freguesia	Limites máximos anteriores (valor anual)	Programa de Apoio			Limite máximo apoio por freguesia (valor anual)
		Atividades Diversas	Investimento	em espécie (materiais)	
Cedrim e Paradela	11 500,00 €	8 000,00 €	10 000,00 €	5 000,00 €	23 000,00 €
Couto de Esteves	11 500,00 €	4 000,00 €	5 000,00 €	2 500,00 €	11 500,00 €
Pessegueiro do Vouga	11 500,00 €	4 000,00 €	5 000,00 €	2 500,00 €	11 500,00 €
Rocas do Vouga	11 500,00 €	4 000,00 €	5 000,00 €	2 500,00 €	11 500,00 €
Sever do Vouga	11 500,00 €	4 000,00 €	5 000,00 €	2 500,00 €	11 500,00 €
Silva Escura e Dornelas	11 500,00 €	8 000,00 €	10 000,00 €	5 000,00 €	23 000,00 €
Talhadas	11 500,00 €	4 000,00 €	5 000,00 €	2 500,00 €	11 500,00 €
Totais	80 500,00 €	36 000,00 €	45 000,00 €	22 500,00 €	103 500,00 €

Foi concedido um período de intervenção, tendo sido registadas as seguintes:-----

Foi dada a palavra a **Diana Paiva** que disse considerar tratar-se de uma questão de repor a justiça, dado que as freguesias em causa, quando se encontravam separadas, recebiam o mesmo valor que as restantes, logo, a partir do momento em que se encontravam agregadas, nada mais correto do que manter o valor a que teriam direito. Disse aceitar que aquelas freguesias, atualmente unidas, recebessem o valor correspondente às duas separadas. Disse considerar que deveria ser repensado o valor para elas todas, pois, o trabalho realizado pelas freguesias era muito e de grande valia para as suas populações e, que, se não faziam mais, era porque não tinha verba. Afirmou ser necessário pensar na aplicação mais criteriosa do dinheiro público, e, estabelecer prioridades, grandes festas, ou melhor qualidade de vida para os habitantes de cada freguesia.-----

Seguidamente, interveio **Pedro Mendes** para perguntar quais eram as razões objetivas da diminuição de cerca de vinte mil euros nas transferências correntes.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** informou que as transferências correntes eram apoios atribuídos ao longo do ano, consoante os pedidos apresentados pelas freguesias.-----

Colocado este ponto à votação, o mesmo foi aprovado, por unanimidade, pelos vinte e sete membros presentes.-----

1.11 Requalificação da Aldeia dos Amiais – Reconhecimento: - O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, o reconhecimento do interesse para as populações de Couto de Esteves, e para a sua economia local, do projeto de investimento que o município pretende realizar, no âmbito do PDR 2020 à Operação – Renovação de Aldeias, que tem como objetivo a requalificação do espaço físico da Aldeia dos Amiais, no lugar de Couto de Baixo.-----

-----**Período destinado ao público**-----

Foi dada a palavra a Cátia Coutinho que informou que a sua intervenção vinha de encontro à intervenção feita pela colega Patrícia Santos acerca do Centro de Saúde. Disse que ficaria bonito se mencionasse uma ou duas leis e dizer que até percebia de lei, mas que ficaria ainda mais bonito se a Câmara Municipal trabalhasse para que Sever do Vouga tivesse direito a um dos cuidados básicos, que é a saúde e tivesse direito porque não tem. Afirmou que, há quarenta anos, havia hospital permanente em Sever do Vouga e que, hoje, não existe, sequer, um período de urgência, sendo que, o que existe, hoje, é um consultório

como que um consultório privado com preços “*low-cost*”, porque, uma pessoa que, às 19:00 lhe dê um febrão, tem de marcar consulta às 08:00, do mesmo dia, para conseguir ser atendido, de outra forma, não há vaga para atendimento. Uma das intervenções do membro António Monteiro falava em natalidade, e perguntou quem é que quer ficar em Sever do Vouga sem os cuidados mínimos, para ter que ir a Aveiro para curar uma gripe ou prescrever um antibiótico, quando isso se faz em Sever do Vouga com minutos de consulta? Disse não haver ninguém, portanto, não poderiam falar em natalidade e em crescimento, sem esse cuidado básico, que é a saúde. Ou, então, têm de ir aos privados, que levam quarenta ou cinquenta euros para prescrever um antibiótico. Disse ter quarenta ou cinquenta euros e o senhor Vice-presidente, também, mas perguntou “e as pessoas que não têm?” Perguntou se o município olhava só para uma fração da população? Terminou com uma notícia que tinha visto, e que dizia, em seu título “Parceria entre Ministério da Saúde e Autarcas permite alargar rede de consultas nos Centros de Saúde já este ano e até março 2019”. Informou tratrem-se de consultas de saúde oral e perguntou como é que Arouca, e com todo o respeito que lhe tem, tinha uma parceria com o Ministério, para cuidados de saúde oral, e Sever do Vouga, nem para três ou quatro horas de urgência, conseguia uma parceria? Disse considerar que o executivo tinha que redefinir as suas prioridades e fazer os possíveis e os impossíveis.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a Raquel Macedo que disse ser importante perceber o passo que acaba de ser presenciado na Assembleia Municipal e que, em nome dos jovens severenses, agradeceu aquela conquista, pois, finalmente, os jovens de Sever do Vouga iriam ter como dialogar uns com os outros, como debater os problemas que os assolam e vão poder contribuir para a vida cívica e política do município. Afirmou que o Conselho Municipal da Juventude tinha sido, para a JSD, uma das suas principais bandeiras de luta e que a JSD lutou e continuava a lutar pelos jovens, e ao lado deles, que, no município, têm pouca voz ativa e, praticamente, nenhuma prática política. Para além do agradecimento, a JSD solicitou, ao executivo, que se adiante e passe das palavras aos atos, agendando, para breve, a primeira reunião.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----